

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

VALDELÍCER FONSÊCA SILVA

ESPINHA DE PEIXE
INSERÇÃO DAS IDEIAS EM LARANJAL DO JARI

Macapá
2017

VALDELÍKER FONSÊKA SILVA

ESPINHA DE PEIXE

INSERÇÃO DAS IDEIAS EM LARANJAL DO JARI

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Jodival Mauricio da Costa

Coorientador: Prof. Ms. Mario Luiz Barata

Macapá
2017

VALDELÍKER FONSÊCA SILVA

ESPINHA DE PEIXE

INSERÇÃO DAS IDEIAS EM LARANJAL DO JARI

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, aprovado com nota____, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jodival Mauricio da Costa
Universidade Federal do Amapá

Prof. Dra. Bianca Moro de Carvalho
Universidade Federal do Amapá

Prof. M.Sc. Eliane Aparecida Cabral da Silva
Universidade Federal do Amapá

A Sibá e Zé Pretinho, pelo cheirinho de orvalho pousando na infância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e confiança de sempre, aos meus queridos amigos pela motivação e alegria, ao Instituto Polis – SP, ao Grupo de Extensão em Direito a Moradia e Direito a Cidade – GAP/ SAJU UFRGS, ao Núcleo de Engenharia Popular e Solidária – NEPS UFRGS, e ao Coletivo Obra pelas experiências e desafios profissionais, sociais e, principalmente, pelas amizades fascinantes guardadas com ternura em meu coração. Lembranças que não desbotarão. Agradeço em especial a minha amiga querida Jéssica Souza por viabilizar a redação e confecção deste trabalho.

Agradeço a todas as forças e energias místicas e misteriosas do universo que sempre estiveram agregando pessoas e momentos preciosos em meus passeios, e aos ciclos da natureza e todos seus elementos de amadurecimento e encantamento.

“Sentado ao pé do fogo eu penso
em tudo o que já vi,
flores do prado e borboletas,
verões que já vivi;

As teias e as folhas amarelas
de outonos de outros dias,
com névoa e sol pela manhã,
no rosto as auras frias.

Sentado ao pé do fogo eu penso
no mundo que há de ser
com invernos sem primavera
que um dia hei de ver.

Porque há tantas coisas ainda
que nunca vi de frente:
em cada bosque, em cada fonte
há sempre um verde diferente.

Sentado ao pé do fogo eu penso
em gente que se desfez,
e em gente que vai ver o mundo
que não verei de vez.

Mas enquanto sentado penso
em tanta coisa morta,
atento espero pés voltando
e vozes junto a porta.”

(Bilbo Bags)

“Sou beato de ouvir a prosa dos rios.”
(Manoel de Barros)

RESUMO

Atualmente os estudos sobre as comunidades urbanas de morfologia diferenciada, como as favelas, estão ganhando espaço de debate nas produções acadêmicas. Por essa razão este trabalho vem inserir nesse espaço de debate a cidade de Laranjal do Jari, localizada ao sul do estado do Amapá, em especial os bairros palafíticos que deram origem à cidade. Essa comunidade anfíbia, que divide o espaço da várzea do rio Jari, com sua rotina e entrelaçamento de sua paisagem aos símbolos culturais de resistência, possui precariedade na oferta de infraestrutura urbana e de serviços públicos, característica similar entre as favelas. Temos como objetivo colaborar para o desenvolvimento como liberdade, defendido por Sen (2010), através de um projeto de equipamento urbano que possa servir aos moradores desses bairros como um instrumento de potencialização para suas ações coletivas. Para alcançar tal objetivo a metodologia se fez de caráter investigativa, através da coleta e análise de dados em bibliografia, visita de campo, aplicação de questionários estruturados e semiestruturados, assim como a revisão nas legislações urbanísticas da cidade. O resultado apresentado é a concepção de um projeto arquitetônico vinculado a equipamentos públicos seguindo o conceito de espaço cooperativo com usos itinerantes, educacionais e culturais.

Palavras-chave: Laranjal do Jari – Palafitas – Cidades Anfíbias.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari – AP.	17
Figura 2: Habitações palafíticas e vias de acesso, Laranjal do Jari - AP.	18
Figura 3: Comunidade palafítica de Laranjal do Jari - AP.	18
Figura 4: Banheiros coletivos em uma favela de Mumbai, Índia, 2012. Fonte: Disponível em << http://www.nytimes.com/2012/06/15/world/asia/in-mumbai-a-campaign-against-restroom-injustice.html >>. Acesso dia 02.12.2016.	23
Figura 5: Uma das maiores favelas da Ásia, a favela de Dharavi, em Mumbai.	24
Figura 6: Figura: Muro que separa as Favelas da Maré da via Linha Vermelha, Rio de Janeiro.....	27
Figura 7: Paisagem dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari, Amapá.....	32
Figura 8: Sítio arqueológico da Teoria Lacustre.....	35
Figura 9: Processo construtivo da palafita vernácula.	36
Figura 10: Favela palafítica Brasília Teimosa, Recife, 2012.	37
Figura 11: Centro Cultural da Costa Norveg, autor Gudmundur Jonsson Arkitektkontor, Rorvik, Noruega.....	38
Figura 12: Vista aérea da cidade de Áfua – Para.....	42
Figura 13: Habitações palafíticas do Arquipélago do Elesbão - Amapá.....	42
Figura 14: Mapa de localização da cidade de Laranjal do Jari, Amapá.	44
Figura 15: Localização geográfica de Laranjal do Jari - AP.	48
Figura 16: Esquema de escala da localização. Elaboração: SILVA, V. F., 2017.....	49
Figura 17: Reservas ambientais de Laranjal do Jari - AP.	51
Figura 18: Mapa de zoneamento urbano de Laranjal do Jari, Amapá.....	53
Figura 19: Registro da paisagem e rotina de Laranjal do Jari - AP.	56
Figura 20: Contraste na paisagem da orla de Laranjal do Jari (esquerda) e Monte Dourado (direita), 2011.	59
Figura 21: Exemplo de projetos habitacionais de interesse social construídos em Laranjal do Jari - AP.....	61
Figura 22: Cartão-postal da Cidade Flutuante de Manaus, 1960. Fonte: Aurélio Michiles, 2005, citado por PEREIRA et al, 2011.	63

Figura 23: Tipologia habitacional do PROSAMIM. Fonte: < https://marcosocosta.wordpress.com/2012/11/25/o-programa-de-saneamento-dos-igarapes-de-manaus-prosami/ >. Acesso em 24. 08. 2016.	63
Figura 24: Habitações na orla do rio Jari - AP.....	66
Figura 25: Mapa de esquematização dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari.	69
Figura 26: Divisão dos bairros palafíticos segundo plataforma digital do IBGE (Censo 2010). Disponível em > http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/ < . Acesso dia 21.07.2017.	71
Figura 27: Zoneamento urbano da área palafítica de Laranjal do Jari, PD 2005.	73
Figura 28: Proposta de zoneamento da revisão do PD 2005, Instituto Polis (2014).	74
Figura 29: Moradores de Laranjal do Jari durante a cheia do rio Jari, 2008.	77
Figura 30: Várzea do rio Jari, Laranjal do Jari -AP.....	78
Figura 31: Estudo de densidade populacional dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari.	80
Figura 32: Marcação de equipamentos públicos.	81
Figura 33: Estrutura do sistema viário.....	82
Figura 34: Localização esquemática de vazios urbanos, Laranjal do Jari - AP.....	83
Figura 35: Detalhamento do filtro anaeróbico.....	96
Figura 36: Local de intervenção, processo de 2005 - 2016.....	98
Figura 37: Mapa de situação do lote de intervenção.....	99
Figura 38: Fluxograma do setor público.	103
Figura 39: Croqui de estudo de passarela.	103
Figura 40: Passarela Beira Rio antes do incêndio de 2005.....	104
Figura 41: Croqui de estudo da praça de alimentação.....	104
Figura 42: Fluxograma setor cooperativo.....	105
Figura 43: Fluxograma do setor educacional.	107
Figura 44: Fluxograma setor de apoio.....	108
Figura 45: Escola flutuante em Makoko, Nigéria.	109
Figura 46: Casa flutuante na Amazônia.	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tipo de habitação.	85
Gráfico 2: Acesso a sistemas públicos de Serviços.	86
Gráfico 3: Situação legal da habitação.	86
Gráfico 4: Material Construtivo.	87
Gráfico 5: Acesso ao abastecimento.	87
Gráfico 6: Destino do esgoto.	88
Gráfico 7: Destino do Lixo.	88
Gráfico 8: Acesso à programas sociais.	89
Gráfico 9: Necessidade de melhoria.	89
Gráfico 10: Beneficiados por programa habitacional.	90
Gráfico 11: Permanência na habitação referente ao programa habitacional.	90
Gráfico 12: Escolha de mudança de residência.	91

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	12
ESPINHA DE PEIXE: INSERÇÃO DAS IDEIAS EM LARANJAL DO JARI – AP	16
1. PAISAGENS DE RESISTÊNCIA.....	21
1.1. FAVELAS	21
1.2. PAISAGENS DE RESISTÊNCIA.....	24
1.3. PALAFITAS E A TEORIA LACUSTRE	33
1.4. CIDADES ANFIBIAS.....	38
2. FATORES DE SURGIMENTO: O (DES)ENVOLVIMENTO DO PROJETO JARI	44
2.1. EM PALAFITA – A PRIMEIRA FAVELA DA AMAZÔNIA	54
2.2. CENTRO HISTÓRICO DE LARANJAL DO JARI	59
3. ESTUDO DE CASO	68
3.1. VISITAS DE CAMPO E QUESTIONÁRIOS.....	84
3.2. PROPOSTA URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA.....	91
3.2.1. Proposta de Intervenção – Espaço Cooperativo.....	97
3.2.2. Programa de Necessidades	100
3.2.3. Estudo de Viabilidade e Partido Arquitetônico.....	108
3.2.4. Projeto Espaço Cooperativo.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
BIBLIOGRAFIA	116

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca desenvolver ferramentas que colaborem para o desenvolvimento dos bairros palafíticos da cidade de Laranjal do Jari para os seus moradores e que os mesmos possam participar da sua gestão através de ações participativas. Sendo que, compreendemos como desenvolvimento as ações e mudanças que possibilitam e facilitam o acesso à liberdade, que por sua vez é compreendida aqui como o respeito às relações cotidianas dos moradores dos bairros palafíticos, a valorização e preservação de sua identidade e paisagem cultural, favorecendo ainda o desenvolvimento das relações econômicas e sociais, da educação e ações sociais participativas, assim como também a sua autonomia em usufruto do direito à cidade. Também entendemos as propostas de intervenções urbanísticas e arquitetônicas como ferramentas técnicas que potencializam as ações colaborativa para o acesso à liberdade.

Para alcançarmos os objetivos delimitados em nossa pesquisa, buscamos as características similares que envolvem os bairros palafíticos que cresceram e crescem na várzea do rio Jari, em Laranjal do Jari, e outras cidades que também cresceram e se estabeleceram às margens de rios, lagos e oceanos. Nossa busca nos levou desde as primeiras civilizações, onde apresentamos dados que apontam a importância da proximidade com rios e lagos para a manutenção não apenas de subsistência quanto espécie humana animal, mas para o desenvolvimento das redes de relações que tramam as sociedades.

Entretanto, o que percebemos atualmente é uma troca de paradigmas, as cidades e as técnicas se sobrepondo às relações de identidade com os recursos hídricos em solo urbano, onde o rio não cabe mais em seu espaço, é privado de se alongar, encher e secar; é transformado, canalizado ou coberto. O que antes era um elemento importante para a formação das cidades e sua identidade urbana, a proximidade com recursos hídricos, agora, em muitos casos, não é percebido e reconhecido como elemento estruturante da cultura que se vive. Os rios, os lagos, as cidades e as paisagens anfíbias serão tratados aqui como elementos intrínsecos na construção de inúmeros aglomerados urbanos, que por sua vez guardam consigo

dimensões que não conseguimos abraçar através do jogo da evolução técnica construtiva.

Por essas razões, trazemos ao debate do planejamento urbano, em âmbito regional, a ‘cidade anfíbia’ – a cidade que cresce e se apropria de sua situação geográfica e sua construção cultural desenvolvendo um cotidiano entrelaçado na vivência urbana e na relação com e na água – a relação humana histórica entre as comunidades, os rios e lagos, como essa relação tem sido entendida, vivida e percebida pelos moradores dessas cidades. Dessa maneira foi possível compreender as redes que desenvolveram e que mantêm a rotina e a morfologia do urbanismo e da arquitetura fluvial, onde, dentro desse contexto global – nacional – regional, está inserido a nossa área de estudo, a paisagem da favela palafítica da cidade de Laranjal do Jari – AP.

A cidade de Laranjal do Jari, que surgiu por meio de uma pequena comunidade palafítica de característica vernácula amazônica, apresenta hoje, em seus bairros já consolidados, uma rotina de periferia da industrialização, que, assim como as inúmeras favelas brasileiras cabíveis de citação, cresceu na ilegalidade e espontaneamente, convivendo e crescendo com a precariedade no acesso a serviços públicos, sujeitos a inúmeros tipos de vulnerabilidades. A cidade de Laranjal do Jari, localizado ao sul do estado do Amapá, possui cerca de 3.5 mil (três mil e quinhentas) habitações ocupando a várzea esquerda do rio Jari, em uma estrutura viária em passarelas e habitações palafíticas (IBGE, 2010). Segundo o IBGE (2010), aproximadamente 15 mil pessoas dividem o espaço onde vivem com a fauna e a flora característica dos rios e das várzeas da região amazônica.

A população que habita nas favelas, em suas ações coletivas e individuais de resistência, desfruta do direito à cidade que, Harvey (2013) desenvolve o conceito apresentado por Robert Park (1967), “é um direito mais coletivo do que individual de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos anseios”. Porém, desfrutar do direito à cidade não, necessariamente, possibilita que esses habitantes tenham seu desenvolvimento como um processo para liberdade, defendido do Sen (2010), que seria o processo de remoção das privações, que é a “pobreza e tirania, carência de

oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estado repressivos”. A realidade de transformar, mudar e reinventar a cidade e a si mesmo, como direito à cidade, ainda mantém essa parcela da população restrita do seu desse desenvolvimento, principalmente em relação a carência de oportunidades e negligência dos serviços públicos. Todavia, a partir do momento em que entendemos a cidade como *habitat*, o direito à cidade e o desenvolvimento como liberdade se mesclam, como podemos perceber com o conceito de habitat apresentado em 1978 pela Secretaria da Conferencia Mundial das Nações Unidas:

Son aquéllos que abarcan la totalidad de la comunidade humana en la ciudad, pueblo, o aldea, con todos los elementos sociales, materiales, de organización, espirituales y culturales que la mantienen. Entre ellos figuran las necesidades físicas de las viviendas, del trabajo, el suministro de energía, el transporte, la comunicación, el agua y la sanidad; los servicios para la educación, la salud, la protección y el bienestar social, sistemas de gobierno, derecho y administración económica y servicios culturales para el arte, el recreo y el esparcimiento.

Por compreendermos a importância da manutenção do direito à cidade, já usufruído pelos moradores, e do desenvolvimento como processo para a liberdade, o resultado apresentado neste trabalho é a concepção de um projeto de equipamento urbano de múltiplos usos (itinerante, educacional, cultural, cooperativo), para colaborar com os moradores em acessar serviços que possibilitem seu desenvolvimento, preservando aos mesmos seus direitos de usufruir e transformar sua paisagem e a si mesmos, isso dentro dos limites da ação de intervenção técnica da arquitetura e do urbanismo.

A metodologia utilizada possui caráter investigativo e exploratório, o estudo de caso corresponde à área dos bairros palafíticos da cidade: Samaúma, Malvina, Centro, Santarém, Sagrado Coração de Jesus e Santa Luzia. A metodologia foi estruturada em 03(três) etapas principais;

1ª. Coleta de dados secundários em bibliografia escrita disponível, almejando construir uma percepção prévia dos vários aspectos que compõem o local;

2ª. Pesquisa de campo para fins de coleta de dados primários para atualização de dados e conhecimento da configuração física atual;

3ª. Formulação da proposta de intervenção urbanística e arquitetônica.

Com objetivo geral de compreender, em alguns aspectos necessários, os motivos pelos quais, mesmo com o visível avanço das tecnologias construtivas, e investidas de relocação, comunidades palafíticas e cidades anfíbias resistem e permanecem desenvolvendo seus símbolos.

ESPINHA DE PEIXE: INSERÇÃO DAS IDEIAS EM LARANJAL DO JARI – AP

O termo escolhido para o título deste trabalho, Espinha de Peixe, vem remeter à essência da morfologia viária construída na área palafítica da cidade de Laranjal do Jari – AP, por se assemelhar a uma espinha de peixe. Sua espinha dorsal é comparada à avenida principal da qual ramificam inúmeras passarelas para acesso as habitações. Representa a realidade dos habitantes dessa cidade, que vivem na várzea do Rio Jari, sobre a água através de suas construções anfíbias, usando como referência simples, o próprio peixe, também morador da várzea.

A cidade apresenta uma estrutura urbano diferenciada do traçado urbano comumente observado nos centros das cidades brasileiras, ortogonal ou xadrez, herança da colonização europeia, possuindo uma estrutura espontânea e orgânica. Apesar deste trabalho não estar relacionando especialmente na análise da morfologia viária dessa comunidade, nem tão pouco apresentar uma proposta de desenho urbano, utilizar tal termo para representar uma comunidade em que suas estrutura viária pode ser comparada a uma espinha de peixe, de forma simbólica, apresenta uma inquietação ou questionamento necessário no desafio de conhecê-la e/ou intervir na mesma, já que sua configuração morfológica é estruturalmente diferenciada (Figura 1, Figura 2, Figura 3).



Figura 1: Vista aérea dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari – AP.
Elaboração: SILVA, V. F., 2016.



Figura 2: Habitações palafíticas e vias de acesso, Laranjal do Jari - AP.
Elaboração: SILVA, V. F., 2016.



Figura 3: Comunidade palafítica de Laranjal do Jari - AP.
Fonte: Acervo do Instituto Polis- SP, 2011.

Em seu trabalho: *As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias*, a professora Ermínia Maricato nos expõe os riscos ocorrentes nas cidades, em suas paisagens serem modificadas e suas estruturas alteradas por ideias que são estranhas aos habitantes, ideias que são substrato de um sistema desigual de produção das cidades brasileiras. Segundo Maricato (2000), “para a cidade ilegal não há planos, nem ordem, aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características, trata-se de um lugar fora das ideias”. Ressalta-se, porém, que a falta da execução dos planos e da aplicação da legislação urbanística não está, necessariamente, relacionada a falta ou qualidade dos mesmos, pois os planos são elaborados, e muitos deles de prima qualidade, assim como a elaboração das legislações urbanísticas. Infelizmente, a realidade que se apresenta é uma tradição política, levando esses instrumentos técnicos urbanísticos necessário apenas para cumprir um papel ideológico, o que Villaça (1995) chama de Plano-Discurso (MARICATO, 2000, p. 138).

A cidade ilegal, na qual Maricato (2000) afirma ser desconhecida em sua totalidade pelo planejamento urbano, será nosso objeto de estudo. Laranjal do Jari que cresceu espontaneamente possui sua origem enraizada em um processo de urbanização precário, pautada expressivamente na autoconstrução de seu sistema viário, na construção de suas habitações e no acesso ao sistema de abastecimento de água e energia. A situação ilegal de seus bairros palafíticos localizados na várzea do rio Jari não é conhecido em sua totalidade, talvez, por isso, as ideias e planos para o ‘ordenamento’ urbana sejam incapazes de atingir os objetivos esperados pelos habitantes e pelos gestores.



Figura: Ilustração Paisagem de Resistência
Elaboração: SILVA, V. F., 2016.

1. PAISAGENS DE RESISTÊNCIA

1.1. FAVELAS

Um refúgio para gente desalojada por erosão, ciclones, cheias, fome ou aquele gerador de insegurança mais recente – **o desenvolvimento**. Jeremy Seabrook, em visita a uma pequena favela em Dacca.¹

O surgimento das favelas remete desde o final do século XIX, principalmente na Europa e Estados Unidos, e vem, desde então, se alastrando por inúmeros países e crescendo surpreendentemente o número da população urbana global. A favela, a princípio, estava relacionada com cortiços, que seria, em termos simplificados, habitação precária na qual viviam várias famílias de trabalhadores durante as primeiras décadas da revolução Industrial (DAVIS, 2006).

Segundo Davis (2006), na publicação feita pelo Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UM-Habitat, 2003), *The Challenge of the Slums – O Desafio das Favelas*, “define-se como favela o excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia”. Porém, neste trabalho, utilizaremos o conceito de favela defendido por Maricato (2007), relacionado exclusivamente à questão da situação de ilegalidade da ocupação do solo, que não se baseia na situação da moradia em termos de ‘qualidade’.

O crescimento da população urbana e o surgimento das megacidades com mais de 20 milhões de habitantes, se relaciona com a desigualdade cada vez maior dentro das cidades, e o surgimento também de novas cidades localizadas fora dos núcleos metropolitanos (que por sua vez se encarregam de dar suporte a população que trabalha nesses núcleos), e com o processo de redução da participação da metrópole no total da população urbana. Essa redução fez com que as ocupações irregulares começassem a apresentar uma porcentagem expressiva, devido a

¹ Jornalista Jeremy Seabrook em visita a uma comunidade de pescadores de Panang, que tiveram suas casas isoladas do mar por uma estrada, seus locais de pesca poluídos e suas colinas Londres, Verso, desmatadas para a construção de prédios (1996, p. 7-16, apud DAVIS, 2006, p. 20).

urbanização se desenvolver sem o crescimento da própria cidade – no sentido de gestão planejamento, infraestrutura e serviços (DAVIS, 2006).

Segundo Davis (2006), na África, na América Latina, no Oriente Médio e em partes da Ásia, a urbanização sem crescimento é mais claramente herança de uma conjuntura política global. Essa conjuntura, no Brasil, é descrita por Maricato (2000) como “industrialização com baixos salários”, e por Ferreira (2003) como “industrialização tardia da periferia”.

Como resultado, o crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. (DAVIS, 2006, p. 27)

Uma marca fundamental do processo de urbanização sob a “industrialização com baixos salários” é um mercado de moradias restrito e concentrado. O que poucos percebem é que grande parte da população urbana brasileira não tem condição de comprar a moradia no mercado privado legal. (MARICATO, 2014, p. 2)

Ao contrário dos países industrializados, o grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras – assim como outras metrópoles da periferia do capitalismo mundial – são resultantes não da natureza da aglomeração urbana por si só, mas sim da nossa condição de subdesenvolvimento. (FERREIRA, 2003, p. 1)

As favelas, apesar dos dados quantitativos apresentados por inúmeras fontes, podem ter sua totalidade desconhecida, de acordo com Maricato (2000) e Davis (2006). Todavia, não significa, necessariamente, que as mesmas são inertes e não colaboram de forma significativa com as relações nas cidades (política, econômica e cultural).

As favelas são frutos do acelerado crescimento populacional e o vagaroso, e desinteressado, crescimento urbano, em especial, para a população de baixa renda (MARICATO, 2007). No Brasil, segundo os Censos do IBGE para 1980 e 1991, a população das favelas cresceu mais que a população urbana, mesmo sendo o país reflexo de uma industrialização tardia (FERREIRA, 2003). Mas essa característica do crescimento populacional das favelas dessincronizada com o crescimento urbano se apresenta como uma das características que englobam as favelas em todo o planeta (DAVIS, 2006).

Em relação ao desenvolvimento da infraestrutura urbana dos espaços das favelas sem o acompanhamento da cidade, segundo Davis (2006), um dos aspectos mais perceptivos desse processo pode ser percebido pela falta de serviços públicos. A oferta de saneamento básico, no que diz respeito à coleta de esgoto, abastecimento de água e energia, pode ser considerado um dos problemas mais graves enfrentados pelos moradores das favelas. Para ilustrar os limites das condições urbanas vividas pelos moradores das favelas, Davis (2006) traz o exemplo da cidade de Nairóbi, onde a população pobre precisa defecar em sacos plásticos (chamados de banheiros voadores), e, em Mumbai, que existe a proporção ‘assustadora’ de um assento sanitário para quinhentos habitantes nos bairros pobres (Figura 4).



Figura 4: Banheiros coletivos em uma favela de Mumbai, Índia, 2012. Fonte: Disponível em <<<http://www.nytimes.com/2012/06/15/world/asia/in-mumbai-a-campaign-against-restroom-injustice.html>>>. Acesso dia 02.12.2016.

Atualmente, a necessidade de habitar próximos aos centros urbanos (em referência a quem não está inserido na cidade legal), apresenta-se também como uma necessidade de se adaptar, e as favelas apresentam maestria nesse termo, pois apesar do conceito de favela englobar inúmeras tipologias diferentes de ocupações

irregulares, a adaptação e a resistência é uma característica presente em todas elas (DAVIS, 2006).

A população é obrigada a construir em lugares 'inapropriados', ultrapassando os limites geológicos, ocupando as depressões, margens de rios, lagos, encostas, etc., mas também arriscando em construções sobre lagos tóxicos, próximos a indústrias químicas, a margem de ferrovias ou autoestradas (DAVIS, 2006). Em resumo instalam-se em áreas que, a princípio, não existe, ou não deveria existir, interesse habitacional (REFINETTI, 2006) (Figura 5).

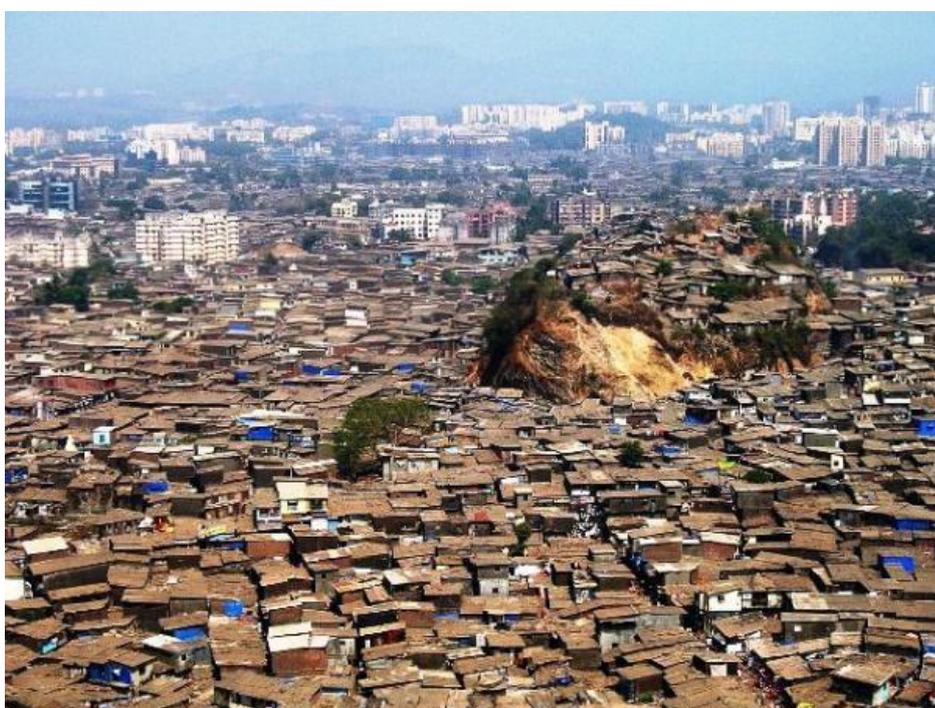


Figura 5: Uma das maiores favelas da Ásia, a favela de Dharavi, em Mumbai.

Fonte: Disponível em << <https://viagensculturais.wordpress.com/2010/05/19/mumbai-capital-financeira-da-india/>>>. Acesso dia 02.12.2016.

1.2. PAISAGENS DE RESISTÊNCIA

Conceituando Cultura e Símbolo

A cultura, corresponde aqui ao conceito defendido por Geertz (1978), sendo um contexto onde os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos podem ser descritos com densidade. Geertz (1978) cita:

Acreditando como Marx Weber, que o homem é o animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise, portanto, não como ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura do significado. (GEERTZ, 1926, p. 4)

Nesse sentido o símbolo corresponde à materialização das relações estabelecidas pelas teias de significados que a cultura representa.

Todos os símbolos devem ter uma forma física, pois do contrário não podem penetrar em nossa experiência, mas o seu significado não pode ser percebido pelos sentidos (WHITE, 1955, p. 180). Ou seja, para perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou. (LARAIA, 2003, p. 56)

Porque a paisagem é senão um ponto de partida. SANTOS, 1999.

O que conseguimos perceber ao observarmos as paisagens de cidades como São Francisco, nos Estados Unidos, Belo Horizonte, no Brasil, Veneza, na Itália, Amsterdã, na Holanda?

Compreendamos que as principais características vinculadas às favelas estão relacionadas à falta ou precariedade dos serviços públicos disponíveis, a localização 'inapropriada' para a moradia e a situação de ilegalidade (DAVES, 2006; MARICATO, 2000). Porém, muitas delas já consolidaram suas relações, não possuindo mais características referentes a zonas de transição ou de moradia temporária, apresentando fortes ligações culturais, sociais, econômicas, religiosas e com o meio ambiente natural e construído. O que o sociólogo e urbanista Robert Park define como o que constrói a própria cidade, independentemente de sua situação de legalidade, quando cita:

...] el intento más coherente y en general más logrado del hombre por rehacer el mundo en el que vive de acuerdo com sus deseos más profundos. Pero si la ciudad es el mundo creado por el hombre, también es el mundo en el que está desde entoces condenado a vivir. Así pues, indirectamente y sin ninguna conciencia clara de la naturaleza de sua tarea, al crear la ciudad al hombre se há recreado a sí mismo. (PARK, 1967, p. 3., HARVEY, 2013, p. 20)

Essas favelas, apesar de, em muitos casos, o Estado e o município não formulam políticas de retirada possuírem (devido outros interesses lucrativos por sua permanência (MARICATO, 2014)), quando localizadas próximas a córregos, margens dos rios, áreas de várzea, entre outras áreas de proteção ambiental, travam uma luta constante com os ambientalistas, que alegam a importância em manter a preservação do meio ambiente (MARTINS, 2006).

Comunidades que cresceram/crescem organicamente, em sua maioria, as intervenções urbanas de melhoria para infraestrutura são impedidas pelas legislações urbanísticas e ambientais, ou, em outros casos, as comunidades são simplesmente ignoradas no sentido de sua existência diante da elaboração de Planos Diretores e das cartografias das cidades (MARICATO, 2014). Portanto pode-se classificar, no âmbito sensorial, do *Genius Loci* e cultura, que as favelas podem ser consideradas 'zonas de refúgio' por abrigarem pessoas excluídas da cidade legal devido ao alto valor da habitação no mercado privado legal (MARICATO, 2014), ou 'lugares de resistência' pela resistência em se adaptarem a ambientes considerados inadequados para habitação e também por, nos casos de luta pela desapropriação, resistirem a sair (DAVIS, 2006, MARICATO, 2014, REFINETTI, 2006).

Apesar de não serem consideradas pertencentes à totalidade das cidades, as favelas abrigam milhões de pessoas que, assim como todas as outras, agem, se movimentam, que constroem e destroem, que criam e inventam, e essas ações geram um novo meio urbano, desenvolvem símbolos, apresentam uma paisagem. Essa paisagem apresentada pelas favelas é como ela se percebe – se vê, e acima de todas as outras relações e ações que constroem seus símbolos, percebida como uma paisagem de resistência, que apresenta como importante aspecto para a manutenção e consolidação de sua existência, por ser, mesmo que inconscientemente, uma ação coletiva, no que o reconhecer no outro a necessidade de moradia tem sido importante para o fluxo de novos moradores nas favelas, no sentido que 'cabe sempre mais um'.

Essa paisagem pode estar relacionada à resistência quando vinculada à 'dificuldade' de organização urbana ou na execução de reintegrações de posse, entre

outras ações do Estado. Porém essa relação pode deixar de lado o aspecto simbólico apresentado pela favela percebida. Sendo que o símbolo é a materialização da cultura, no sentido da percepção, a paisagem das favelas é o que mais facilmente impõem sua existência nas cidades, já que a maioria dos discursos acadêmicos sobre ela são de referências externas o que distância a compreensão da rotina, da vivencia e resistência, aspecto que a constrói.

Por essa razão desfrutamos de enraizadas limitações na interpretação da morfologia construída das favelas no âmbito cultural. Essa paisagem conota a força cultural e ações coletivas, que também recebem ações de higienização visual na paisagem da cidade, muitas vezes são até mesmo bloqueadas, como a recente construção do muro na cidade do Rio de Janeiro que impossibilita a vista das favelas no percurso turístico da cidade durante as Olimpíadas 2016 (Figura 6).

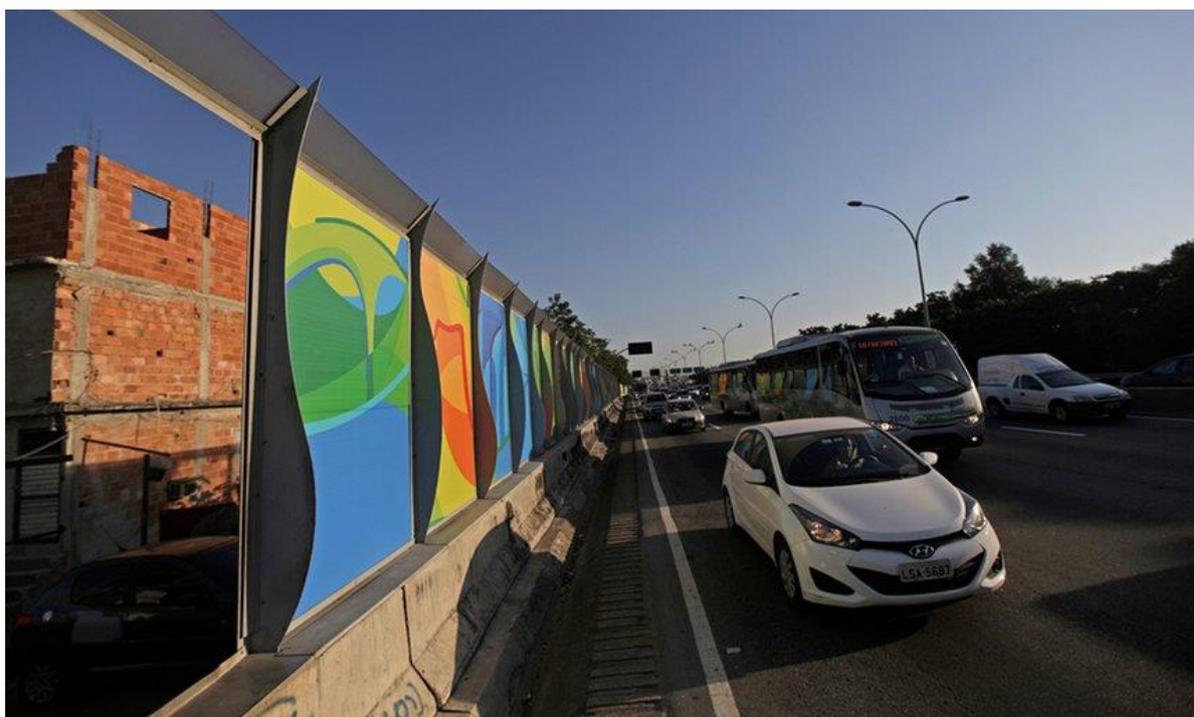


Figura 6: Figura: Muro que separa as Favelas da Maré da via Linha Vermelha, Rio de Janeiro.
Fonte: Disponível em <<<https://www.theguardian.com/global-development/2016/aug/02/jogos-olimpicos-do-rio-a-vista-das-favelas-o-silencio-as-vezes-nao-significa-paz-mare>>>. Acesso dia 09.

As favelas não são planejadas nas diretrizes conhecidas pela cidade legal (diretrizes atuais), elas crescem, agregam a si pequenas e grandes partes peculiares,

sobem e descem grandes ladeiras, invadem áreas de proteção ambiental, sobrevivendo a lagos tóxicos, fundando novas e milhares de comunidades e cidades de dimensões desconhecidas.

As ocupações em áreas de preservação ambiental exercida pelas favelas, apesar de ser fortemente criticada, não está relacionada exclusivamente à moradia, pois a moradia é solucionada especificamente pela habitação, mas a falta de equipamentos ou infraestrutura que pertença às mesmas, como a adequada coleta de esgoto, de lixo, abastecimento de água potável, etc.

A cidade legal é tratada e reconhecida como tal e aceita pela legislação urbana 'supostamente' pelo acesso aos serviços públicos e regularização fundiária. Já as favelas são criticadas, principalmente, por poluir o meio ambiente com dejetos, lixos, etc., porém muitas das mesmas cidades legais não oferecem serviços de qualidade ao total de seus habitantes e grande parte da população habita em lotes irregulares.

As favelas palafíticas de Macapá – AP, por exemplo, sofrem investidas dos ambientalistas por sua situação estrutural, mas se analisarmos a situação do sistema de esgoto da cidade, Macapá possui apenas 3% do sistema de esgoto funcionando, isso significa que a cidade legal (Macapá como exemplo entre muitas outras), apresenta suas adequações, suas 'improvisações', que muitas vezes não são adequadas (TAKIYAMA et al, 2011). Neste caso específico, relacionando a solução para o destino do esgoto com fossas, construídas sem estudo do impacto ambiental, o que pode causar contaminação de lençóis freáticos, sendo que a grande parte da população utiliza poço artesianos como fonte de abastecimento de água.

Observa-se, também, que apenas em excepcionais condições geológicas de algumas favelas não são encontrados exemplares de grandes construções, sejam habitações, equipamentos públicos ou privados, mas inseridas no mercado legal, na arquitetura e na engenharia acadêmica. Como explica Davis (2009), não existem mais barreiras geológicas que a engenharia não possa vencer.

Com essa análise constatamos que: a favela resiste, sua paisagem é símbolo da cultura e da resistência, da adequação e da luta, não apenas pela habitação, mas pelo habitat em sentido mais amplo, apresentado pela Secretaria da Conferência

Mundial das Nações Unidas (1978), pelos serviços e acessos de liberdade de ação e interação com a cidade, e, nos casos brasileiros especialmente, sua condição de 'ferida' nas cidades está relacionada à visão do planejamento urbano em ainda não se adequar no sentido de oferta de serviços públicos à essas comunidades e na conciliação entre planejamento da cidade e a busca por uma cidade democrática abrangendo seus interesses a novas morfologias de cidades. As favelas resistem, talvez, por esperarem e desenvolverem as soluções técnicas necessárias para suprir o que lhes falta para serem entendidas como novos espaços urbanos pertencentes as cidades, já que grande parte da cidade legal surgiu anteriormente como favela ou assentamento, como temos por exemplo os assentamentos ilegais autoconstruídos em São Paulo (MARICATO, 2014).

Os moradores das favelas desfrutam do que poucos moradores das cidades legais podem desfrutar, a ação coletiva de construções e transformações do seu meio urbano, o direito à cidade não se restringe ao acesso à infraestrutura urbana, pois a qualidade de vida está muito longe de ser medida de IDH, ou outros índices. Harvey (2013), nos explica isso quando desenvolve a definição de direito à cidade apresentada por PARK (1967):

El derecho a la ciudad es por tanto mucho más que un derecho de acceso individual o colectivo a los recursos que esta almacena o protege; es un derecho a cambiar y reinventar la ciudad de acuerdo con nuestros deseos. Es, además, un derecho más colectivo que individual, ya que la reinvencción de la ciudad depende inevitablemente del ejercicio de un poder colectivo sobre el proceso de urbanización. La libertad para hacer y rehacernos a nosotros mismos y a nuestras ciudades es, como argumentaré, uno de los más preciosos pero más descuidados de nuestros derechos humanos. HARVEY, 2013, p. 20.

Os moradores da cidade legal pouco podem usufruir desse direito, já que a cidade legal é modelada, transformada e limitada segundo os interesses do capital, como já citado. As favelas pertencem aos seus moradores, suas ruas, suas habitações, escadarias, passarelas, não no sentido burocrático da legislação da posse, mas, ainda mais importante, na identidade cultural e urbana, o sentimento de pertencimento, na autonomia de transformação, na riqueza das relações cotidianas.

As favelas são duramente julgadas por suas inúmeras necessidades infra-estruturais primárias serem negligenciadas, mas tais necessidades são de cume estrutural técnico, em contra resposta, as favelas usufruem do direito a cidade no âmbito das relações com o espaço, lugar e cultura, aspectos importantes de serem asseguradas, porém negligenciados na cidade legal (HARVEY, 2013). Em outras palavras, na consolidação do lugar como objeto, sendo os mesmos núcleos de valores, um objeto no qual se pode morar (TUAN, 1930).

O direito à cidade usufruído pelos moradores das favelas se manifesta, principalmente, na morfologia construída pelos mesmos através de suas redes, entretanto o usufruto desse direito não, necessariamente, se relaciona com o processo de diminuição da dificuldade de acesso aos sistemas públicos de educação e cultura, de saúde, do acesso a oportunidades e de desenvolvimento de sua economia, da diminuição da pobreza, da vulnerabilidade social e ambiental. O que Sen (2010) chama de Desenvolvimento como Liberdade, onde todo o desenvolvimento seja a busca pela remoção das principais fontes de privação da liberdade, que são elas: “a pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”, (SEN, 2010).

O direito à cidade por si só não consegue abraçar e colaborar para o desenvolvimento como liberdade devido esse direito ser usufruído de maneira espontânea e inconsciente, e para que se removam as fontes de privações da liberdade listadas por Sen (2010) é necessário que tais ações sejam racionais e, portanto, graduais. Em outro trecho do seu texto Sen (2010) nos explica:

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdade política, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2010, p. 19)

Partindo dessa descrição, admitimos que os moradores das favelas em suas ações de transformação do seu espaço necessitam de um 'complexo' sistema de serviços públicos e de serviços sociais para que possam transformar esse espaço através do anseio pela liberdade de restrições, portanto necessitam, a princípio, das ações em conjunto com o Estado e o município na oferta desses serviços, enquanto os mesmos não podem desenvolvê-los.

Nos bairros estudados da cidade de Laranjal do Jari, por exemplo, existem escolas públicas de ensino básico, porém, o sistema de educação precisa estar vinculado a outros sistemas, como o de assistência à saúde, educação ambiental, educação política (SEN, 2010). O que podemos concluir através da análise dos questionários aplicados aos moradores é a carência da ação em conjunto desses sistemas. Alguns moradores declararam não participar e não haver próximo à sua casa programas sociais e culturais, e da dificuldade ao sistema de saúde pública. Esses componentes em carência, segundo Sen (2010), são construtivos do desenvolvimento.

Retomando a pergunta lançada no início deste subcapítulo, as cidades de São Francisco, Belo Horizonte, Veneza e Amsterdã, entre outras que caberiam neste contexto, possuem paisagens que são reconhecidas como de grande importância histórica, arquitetônica e urbanística (principalmente urbanistas).

Entretanto, as paisagens dessas cidades também são símbolos de resistência e de persistência, ao analisarmos suas condições geológicas. A declividade das ruas de São Francisco e Belo Horizonte, Veneza sobre a água e Amsterdã com seus inúmeros canais. A consolidação do urbanismo, da arquitetura e das engenharias dessas cidades não surgiram junto com seus pequenos povoados fundadores, à cada uma delas vamos perceber que os termos iniciais usados para descrevê-las não correspondem, nem proxicamente, com os termos que correspondem a elas atualmente.

Nesse contexto, assim como vamos apresentar no próximo capítulo, a cidade de Laranjal do Jari terá sua paisagem reconhecida como uma paisagem de resistência, devido, principalmente, à maneira com que seu espaço urbano foi

desenvolvido. A resistência apresentada pelos símbolos construídos por essa comunidade pertence exclusivamente a ação dos próprios moradores, na luta pela moradia e pela cidade, onde ambas foram construídas construindo também os homens e a mulheres que hoje habitam nesse lugar.

A favela de Laranjal do Jari, com sua paisagem de resistência, também carregará consigo o patrimônio cultural da cidade. Por esse motivo, os bairros palafíticos que compõem a paisagem serão tratados como o próprio centro histórico da cidade, onde sua origem estrutural está alicerçada em estacas de madeira que prendem ao solo da várzea uma comunidade que possui uma rotina viva e diversificada, cultivada e organizada por inúmeras famílias (Figura 7). Essa cidade nos oferece a reflexão sobre o conceito de cidade e de centro histórico, já que para ambos conceitos ela mostra aspectos morfológicos diferentes, porém construído através das mais diversas e corajosas manifestações sociais, culturais, técnicas, etc.



Figura 7: Paisagem dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari, Amapá.
Fonte: Instituto Polis - SP, 2011.

O ponto que se pretende chegar com essa reflexão é, que se percebermos que as favelas estão passando por um processo, de certa forma natural na consolidação das cidades (no sentido de consolidação urbana pautada na regularização fundiária), e sua consolidação como cidade legal não necessariamente precisa estar relacionada à erradicação de sua paisagem atual, no sentido higienista, assim como também pode estar. Os caminhos das transformações das favelas não se podem controlar como sugere o planejamento urbano tradicional, assim como não foi possível com a consolidação das cidades legais, mas, se consolidadas, a paisagem das favelas, daqui a décadas ou séculos, podem ser reconhecidas não mais como paisagens de resistência como explicamos acima, mas uma paisagem símbolo de uma cultura consolidada através de inúmeros processos não possíveis de serem dimensionados por este trabalho, mas que através dele buscamos colaborar para a remoção das fontes de privações da liberdade, agregando ao direito à cidade o direito dos moradores se desenvolverem positivamente através de ações coletivas conscientes.

1.3. PALAFITAS E A TEORIA LACUSTRE

Definições:

Lacustre: 1. Que se refere a lago.

Palafitas: 1. Conjunto das estacas de sustentação das habitações lacustres. 2. Designação comum a essas habitações². Palafitta, “paus fixados”: 1. Estaria que sustenta as habitações lacustres. 2. Designação comum a essas habitações: “O homem que nele habita [no vale amazônico], na parte mais baixa, mantém-se, o pobre, nas estacas de palafitas como seus irmãos nas lacunas da pré-história.” (RANGEL, 1929).

Construir sobre el agua puede parecer una idea revolucionaria, compleja tecnicamente y que remite a imágenes futuristas de sofisticadas estructuras anfíbias. Sin embargo, estamos hablando de una de las tipologias de

² Dicionário Barsa, p.814.

arquitectura vernácula más antiguas y que más se há extendido em nuestro planeta: el palafito. (BAHAMON e ALVAREZ, 2009, p. 14)

Qualquer cidade, ecossistema cultural humano, é originada e construída a partir da escolha de um ambiente físico no qual se pretende ancorar. Ou seja, os condicionantes geográficos e climáticos influenciam na espacialização das cidades, e se refletem nos costumes e hábitos de um povo. (LIMA, 2009, p. 5)

Desde as primeiras civilizações datadas de 7.000 a.C. (CAVION, 2014), até as atuais comunidades urbanas e rurais, em sua maioria, possuem uma característica que as assemelham, a proximidade com a água (BAPTISTA e CARDOSO, 2013). Inúmeras cidades compõem uma grande rede fluvial de cidades estuárias, ribeirinhas e costeiras. A cidade de Lisboa com o Rio Tejo, Paris – Rio Sena, Londres – Rio Tamisa, Santiago – Rio Mapocho, Buenos Aires e Montevideo – Rio de La Plata, São Paulo – Rio Tamandateí /Tietê /Pinheiros, Juazeiro e Petrolina – Rio São Francisco, Recife – Rio Capiberibe (IGLESIAS, 2005), Manaus – Rio Negro, Macapá – Rio Amazonas, Laranjal do Jari/ Vitória do Jari / Monte Dourado – Rio Jari, Ferreira Gomes – Rio Araguari, são poucos dos inúmeros exemplos de cidades próximas aos grandes rios. A água é um dos componentes mais importantes para a manutenção e preservação da vida na terra (IBGE, 2010).

As pesquisas do arqueólogo Ferdinand Keller³, que desenvolveu a Teoria Lacustre, quando foram encontrados evidências que determinam que há 5.000 anos a. C., durante o período Neolítico, povos se assentaram em orlas de lagos em aldeias levantadas sobre pilotis de madeira, cerca de 250 populações palafíticos foram descobertas Suíça (no lago Zurique⁴), todas do período Neolítico, e que desapareceram aproximadamente em 800 a.C. (BAHAMÓN e ÁLVAREZ, 2009) (Figura 8). A proximidade com a água proporcionava proteção dos animais, e também era utilizada como meio de transporte e base econômica. Essa descoberta nos leva a

³ Ferdinand Keller (1800), arqueólogo suíço (<www.global.britannica.com> Ferdinand Keller – Swiss Archaeologist and Prehistorian, acesso dia 02.01.2017, 20:48h)

⁴ O sítio arqueológico percursos dos estudos sobre a Teoria Lacustre participa atualmente do UNESCO World Heritage Candidature 'Prehistoric Pile Dwellings Around the Alpes (em tradução livre para o português, com consulta no título em francês: Candidatura para Patrimônio Mundial da UNESCO 'Sítios Palafíticos Pré-Históricos no Entorno do Alpes).

refletir sobre o uso dos pilotis não ter sido uma invenção exclusiva dos modernistas, como foi propagado, por exemplo, com as famosas obras de Le Corbusier, pois o uso dos pilotis nas edificações vem do avanço da técnica vernácula da palafita.

A palafita é uma construção vernácula, composta por um sistema construtivo simples em pilotes de madeira, assim como as paredes de vedação, o material da cobertura varia entre palha, cavaco e telhas industrializadas de fibrocimento e telhas cerâmicas, o acesso à palafita normalmente é feito através de passarelas de madeira. A planta da habitação e a utilização de cores e elementos construtivos e decorativos variam de acordo com a região (Figura 9).



Figura 8: Sítio arqueológico da Teoria Lacustre.

Fonte: UNESCO World Heritage Candidature 'Prehistoric Pile Dwelling Around the Alps'.

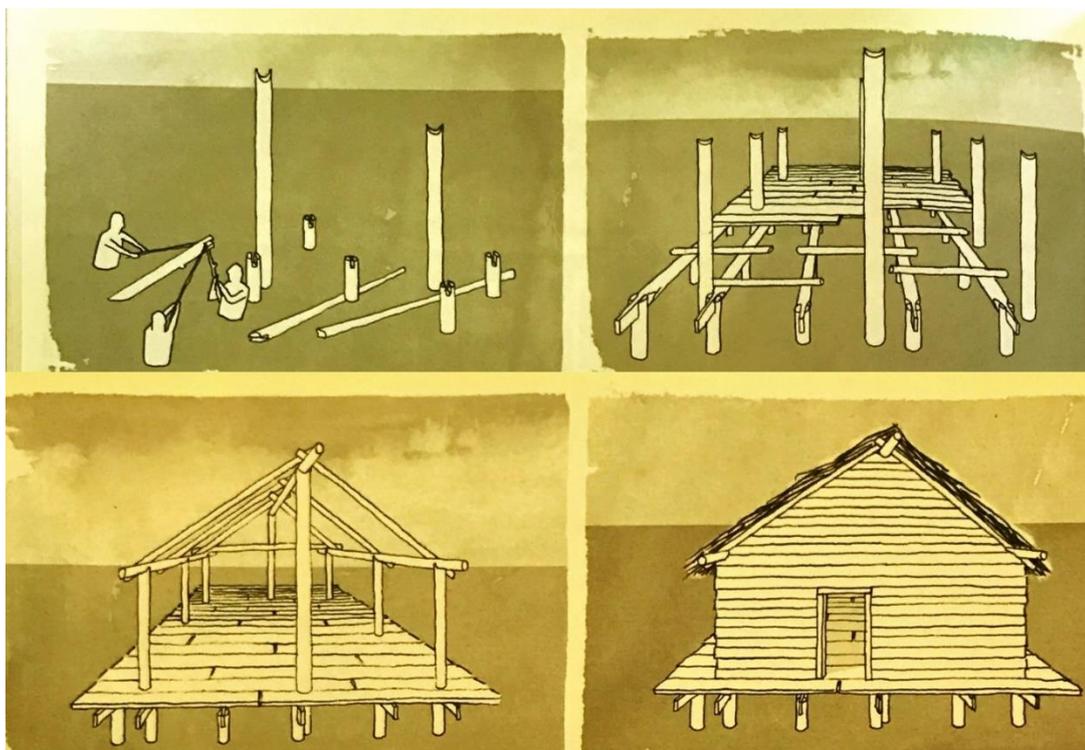


Figura 9: Processo construtivo da palafita vernácula.

Fonte: BAHAMÓN e ÁLVAREZ, 2009.

A adaptabilidade da palafita faz com que possamos encontrar comunidades palafíticas urbanas e rurais nos cinco continentes do planeta, sobretudo na zona intertropical, desde pequenas aldeias situadas nas margens do mar do Caribe até modernas cidades no Pacífico asiático, passando por povoações isoladas no Oeste africano (BAHAMÓN e ÁLVAREZ, 2009). Algumas, especificamente, preservando características das palafitas pré-históricas, construídas em madeira, assim como, por exemplo, tribos indígenas⁵, comunidades de pescadores⁶, comunidades ribeirinhas na região amazônica, e também, outras comunidades que mesclam entre as características pré-históricas e o cotidiano moderno das cidades, como neste trabalho é entendido a comunidade palafítica de Laranjal do Jari.

⁵ Alguns exemplos de etnias indígenas que habitam, ou habitavam, em palafitas: etnia Warao, localizada no Rio Orinoco – Venezuela; etnia Paraujano, localizada na Lagoa de Sinamaica – Venezuela; etnia Bajau, localizados em Bornéu, Mianmar e Tailândia – no continente asiático; etnia extinta Goitacás, localizados no Rio de Janeiro e Espírito Santo – Brasil; etnia Guató, localizados no Mato Grosso do Sul – Brasil.

⁶ Remanescente de uma comunidade palafítica de pescadores pode ser encontrada na Florida – U.S.A., na baía de Biscayne; comunidade Ponta do Leal em Santa Catarina – Brasil, por exemplo.

No Brasil, as comunidades palafíticas são tratadas muitas vezes como uma característica de áreas de invasões urbanas, da população empobrecida, relacionando-a com a vida precária e irregular sobre a água. Nesse caso, segundo Iglesias (2005), as áreas ocupadas por habitações palafíticas nas grandes cidades normalmente são áreas que foram invadidas pela mesma população das favelas descrita por Maricato (2014), a população que não acessa a moradia nem através dos programas habitacionais subsidiados pelo Estado, essa característica as transforma pejorativamente em uma subocupação desprovida de infraestrutura urbana pública. Em outras palavras, em estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Brasília, Amazonas, entre outros, as palafitas estão relacionadas às ocupações precárias, inseridas nos índices de favelas ou 'aglomerados subnormais' pelo IBGE, localizadas no fundo de vales à margem da infraestrutura das cidades, sendo desvinculadas de heranças históricas (Figura 10).



Figura 10: Favela palafítica Brasília Teimosa, Recife, 2012.

Fonte: <<<https://missaosulamericana.wordpress.com/2012/03/08/onde-tem-campo-de-missoes/favela-brasilia-teimosa-em-recife/>>>. Acesso dia 22.12.2016.

A construção palafítica, com o processo de evolução de sua arquitetura e engenharia, pode ser encontrada em inúmeros exemplos de construções isoladas, em contextos peculiares, e são reconhecidas como projetos inovadores e interessantes, principalmente através do viés da 'sustentabilidade' ou responsabilidade ambiental, por usufruir das características positivas da proximidade com a água e as paisagens naturais em conforme adequação morfológica, dentre elas são hotéis, resorts e habitações de alto padrão (BAHAMÓN e ÁLVAREZ, 2009) (Figura 11).

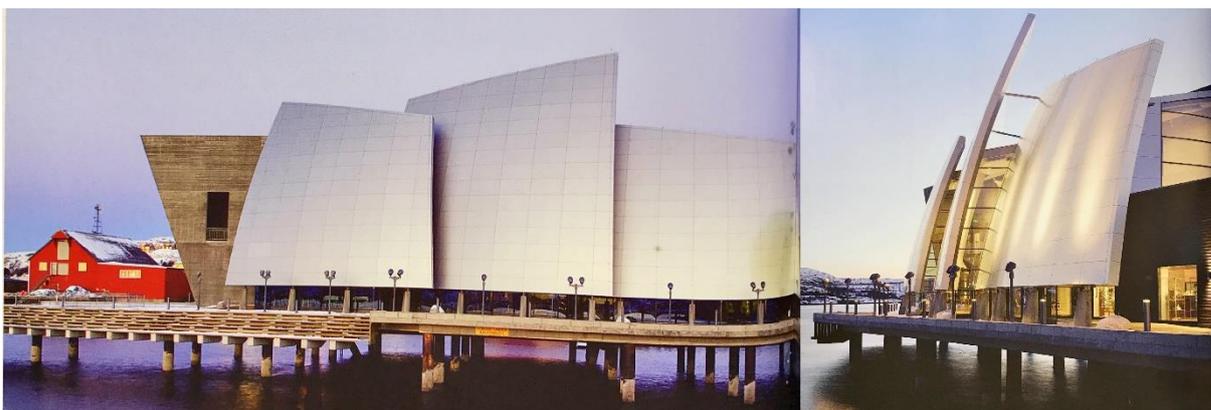


Figura 11: Centro Cultural da Costa Noruega, autor Gudmundur Jonsson Arkitektkontor, Rorvik, Noruega. Fonte: BAHAMÓN e ÁLVAREZ, 2009.

A história apresentada através das descobertas da Teoria Lacustre até o reconhecimento das cidades anfíbias um caminho longo, onde não apenas a legitimidade desse espaço e de sua morfologia é assegurado por seus moradores, mas também como, em muitos casos, a falta dela por seus gestores e ordenadores. Dentro desse longo caminho a cidade de Laranjal do Jari, com suas 03 décadas de existência, apresenta a vida anfíbia em meio a rotina urbana e como atualmente as características do habitat carregam consigo as relações da evolução da própria história e da técnica vernácula lacustre.

1.4. CIDADES ANFIBIAS

A relação entre cidades e elementos hídricos vem mudando com o passar dos anos, a princípio os rios foram fundamentais para a viabilização e crescimento das chamadas 'civilizações dos grandes rios', as antigas civilizações próximas ao rio Nilo, dos rios Tigre e Eufrates, do Indo e do rio Amarelo, servindo principalmente como meio de transporte e das relações economias. Infelizmente a evolução das cidades e as novas relações com os rios passaram, em expressiva porcentagem, de uma relação entre as necessidades e expectativas humanas para uma relação de desvalorização dos rios no território urbano (BAPTISTA e CARDOSO, 2013).

A mudança nessa nova relação faz com que as cidades sofram ocasionalmente com enchentes e alagamentos, em resposta a essa situação, o planejamento urbano têm desenvolvido elementos estruturais técnicos para solucionar a problemática dos ciclos dos rios. Todavia, essas respostas têm evidenciado a dificuldade em lidar com os ciclos, fenômenos e eventos naturais. Segundo Cavion (2014), o número crescente de prejuízos causados pela incapacidade de enfrentar positivamente as inundações é um dos maiores desafios enfrentados pelo homem na atualidade.

Ao passo em que as cidades crescem em população mais se avança o espaço de manutenção dos rios; os mangues, as várzeas, orlas, sedem lugar para as construções feitas pelos homens. As ações das infraestruturas urbanas começam a interferir nesses meios, como, mais expressivamente, aterros e canalizações (IGLESIAS, 2005). A construção de canais subterrâneos nas cidades, não menos danoso que o aterro e a canalização aberta, traz aos moradores da cidade o desconhecimento desse que antes foi um elemento estruturante não apenas para a cidade como para o desenvolvimento de sua cultura. Essa dissociação das relações fundadoras entre cidade-rio/ homem-água, faz inclusive com que o rio perca seu papel como elemento da cidade, o retirando da identidade urbana e da paisagem cultural da mesma (BAPTISTA e CARDOSO, 2013).

O crescimento de grandes cidades próximas a rios apresenta duas características interessantes para o estudo das cidades; por um lado temos cidades anfíbias, que buscaram e se adaptaram à sua condição geológica de proximidade com a água, e com ela fortaleceram as relações culturais, sociais e econômicas; e do

outro lado, como já foi explicado acima, as cidades que travam uma luta constante entre 'a quem o espaço pertence', se o espaço pertence a água ou ao homem, desassociando as relações culturais e históricas formadas desde os primórdios.

A conquista da vida anfíbia nas cidades através da inserção de inovações tecnológicas ou a existência de cidades que apresentam técnicas vernáculas, convivendo de maneira tranquila com os ciclos das águas, são configurações urbanas diferentes, mas que possibilitam que as duas tipologias sejam reconhecidas como exemplos de cidades anfíbias. Se por um lado Canvion (2014) cita que as medidas estruturais de grande escala são fundamentais para driblar a situação crítica de um ambiente extremo, se pode perceber uma relação cultural mantida e preservada em outras cidades mesmo em ambientes extremos, pois a relação estabelecida entre cada cultura, apesar de ser influenciada por sua localização, também possuem outros fatores, como já citado no subcapítulo 1.2.2 Paisagens de Resistência. Pode-se dizer que temos as cidades que buscaram a evolução da técnica e cidades que buscam evolução da consciência de sua situação.

A relação que o homem firma com as águas transforma a paisagem definindo o modo como ela vai reagir diante do perigo ou do impacto de uma inundação. A abordagem analítica retrospectiva permitiu ainda, perceber que as cidades podem modificar suas respostas a partir da mudança da sua visão sobre a importância que água pode assumir no processo de progresso urbano, econômico e social. (CAVION, 2014, p. 55)

Cidades europeias como Veneza, Amsterdã e outras, apresentam uma relação íntima com as águas, não mais apenas no âmbito das relações mercantis, mas também nas relações de preservação de características históricas, aprimorando técnicas construtivas para melhor adaptação da cidade, desenvolvendo sistemas de canais e no estudo de tecnologia flutuante para as habitações. A configuração urbana dessas cidades traça um desenho voltado ao caminho dos rios e canais, sendo compostas por uma miríade de ilhas, refletindo em sua paisagem, em seu planejamento/gestão (CAVION, 2014, p. 73).

Os exemplos de cidades anfíbias que se relacionam com as águas de maneira mais harmoniosa não se limitam apenas ao continente europeu. No Oeste da África,

a cidade lacustre de Ganvié, com 25 mil habitantes atualmente, preserva sua relação com a água do lago Nokoué, e uma das características que diferencia essa comunidade palafítica das outras é a preservação da habitação isolada no lago sem acesso por passarelas, sendo o transporte fluvial o único meio de locomoção utilizado pelos moradores e visitantes (HERMÓN e ÁVAREZ, 2009, p. 11).

Porém, não precisamos necessariamente ir a outro continente, se mantermos nosso olhar sobre o território amazônico setentrional também podemos encontrar algumas cidades às margens dos rios que desenvolveram um cotidiano equilibrado, como a cidade de Afuá – PA (Figura 12) e Elesbão – distrito de Macapá (Figura 13).

A cidade de Afuá, com mais de 35 mil habitantes (IBGE, 2010), pertence ao Arquipélago do Marajó, é uma cidade tradicional ribeirinha, de habitações palafíticas, que é caracterizada pela sua dependência hidrográfica em inúmeros aspectos da vida social (MEDEIROS e CORREA NETO, 2015). Apesar da fundação da cidade datada de 1845, a cidade preserva uma arquitetura palafítica caracterizada por elementos vernácula das populações ribeirinhas da Amazônia, e também apresentação grande evolução na técnica construtiva, as casas são admiradas pelas cores marcantes das fachadas (MEDEIROS e CORREA NETO, 2015). A cidade de Afuá, atualmente, além dessas características, apresenta também a escolha da bicicleta como meio de transporte urbano, a cidade é totalmente ciclável, o que faz com a cidade mantenha as passarelas em madeiras e apenas algumas em alvenaria (MEDEIROS e CORREA NETO, 2015).



Figura 12: Vista aérea da cidade de Áua – Para.

Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1797010>>. Acesso dia 18.01.2017.

Figura: Vista aérea da cidade de Áua – Para. Fonte: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1797010>>. Acesso dia 18.01.2017



Figura 13: Habitações palafíticas do Arquipélago do Elesbão - Amapá.

Fonte: <<https://josealbertostes.blogspot.com.br/2012/04/elesbao-em-santana.html>>. Acesso dia 12.02.2016.



Figura: Ilustração Usos Anfíbios.
Elaboração: SILVA, V. F., 2016.

2. FATORES DE SURGIMENTO: O (DES)ENVOLVIMENTO DO PROJETO JARI

O aglomerado de habitações palafíticas construído na margem esquerda do rio Jari, pertencente ao território do Amapá, norte do Brasil (Figura 14), deu origem à cidade de Laranjal do Jari, com mais de 3,5 mil habitações palafíticas (IBGE, 2010). Possui sua história semelhante à de inúmeras favelas surgidas nos países subdesenvolvidos, especialmente a partir da década de 60 (FERREIRA, 2003).

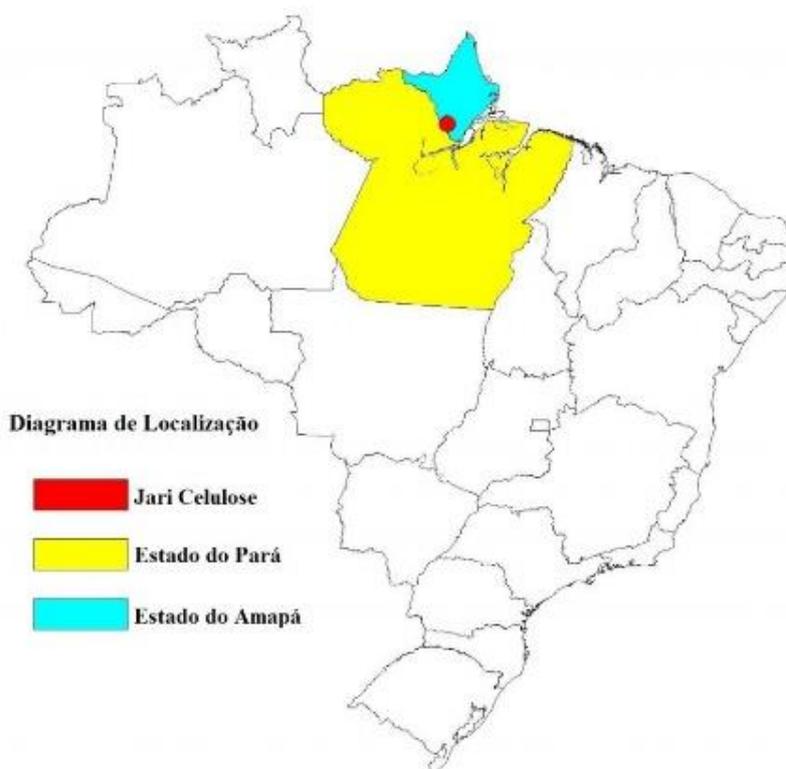


Figura 14: Mapa de localização da cidade de Laranjal do Jari, Amapá.

Fonte: Disponível em <<<http://www.thegreenclub.com.br/projetos-urbanos/o-projeto-jari-celulose-monte-dourado/>>>. Acesso dia 23.12.2016.

A cidade surgiu, principalmente, pelo impulso migratório advindo como consequência da implantação de um dos Grandes Projetos na Amazônia, o Projeto Jari Florestal e Agropecuária LTDA (1967), idealizado pelo magnata norte-americano Daniel K. Ludwig, que adquiriu uma área total de aproximadamente 1,3 milhões de

hectares, correspondendo atualmente a 40% das terras em território amapaenses e 60% pertencentes ao Pará (GREISSING, 2010, p. 46).

O Projeto Jari Florestal Agropecuária Ltda. (chamado apenas de Projeto Jari a partir deste momento), com a sede industrial instalada no município de Almeirim – Pará, fronteira com o Amapá, foi o empreendimento responsável por grandes transformações nas redes que formavam a realidade do que ficou conhecido como Vale do Jari, onde atualmente corresponde ao território da cidade de Laranjal do Jari e Vitoria do Jari, no Amapá, e dos distritos de Almeirim – Pará, o distrito de Monte Dourado e o distrito de Munguba.

O Projeto Jari surpreendeu não apenas a região amazônica, mas todo o país, pela ousadia, no que diz Greissing (2010), a grandiosidade do Jari acentuava-se por ser a região totalmente desprovida de qualquer infraestrutura, foi necessário a construção de portos, ferrovias e nove mil quilômetros de estrada. Todo o projeto ocupava uma área de 16 mil km², espaço suficiente para se construir as vilas para a moradia dos trabalhadores (*company towns*, ou as chamadas '*silvivilas*'), além de um hospital, aeroporto, igreja e escolas, etc.

Nesse contexto, a região Amazônia, ao que diz principalmente ao estado do Amapá e do Pará, na década de 60, apresentara mudanças bruscas advindas da implantação de outros Grandes Projetos na Amazônia, como o projeto Indústria e Comercio de Mineração S.A – ICOMI implantado no Amapá (1957), fundando a company town, já transformada em município, Serra do Navio e também a Vila Amazonas, na cidade portuário de Santana, projetadas pelo engenheiro e arquiteto Oswaldo Arthur Bratke. No Pará, além do Projeto Jari, a implantação do Programa Grande Carajás – PGC, que também fundou a company town Vila de Carajás. Porém, importante ressaltarmos que no território onde foi instalado o Projeto Jari existia inicialmente pequenas comunidades extrativistas que tiveram uma drástica mudança em sua rotina. No que Greissing (2010), em crítica ao Projeto Jari, cita:

De fato, o projeto Jari causou um impacto forte na região, tanto na utilização do território (na substituição da floresta por uma monocultura) como no sistema socioeconômico (na desorganização das redes comerciais do extrativismo, formação de uma favela nas margens do projeto, migração...). (GREISSING, 2010, p. 45)

A citação acima, quando se refere à desorganização das redes comerciais do extrativismo, retorna à situação em que o Vale do Jari estava antes da implantação do Projeto Jari quando existiam as empresas de um grupo de portugueses, que possuía um organizado sistema de produção econômica baseada na exploração extrativista, e mesmo antes dos tais empresários, com o monopólio do Coronel José Julio Andrade. Por ser uma região de floresta primária tropical, possui riqueza em recursos naturais⁷, como por exemplo, a famosa Castanha do Pará (*Bertholletia Excelsa*) e a Seringa (*Hevea Brasiliensis*), eram as principais iguarias, cuja exploração sempre constituiu a fonte principal de sobrevivência para as populações extrativistas, e também da economia regional baseada na exportação dos recursos naturais em estado bruto.

O espaço ocupado pelo projeto, no período de implantação, não era resguardado por legislação específica de expansão urbana, apenas regidos pela legislação estabelecida com a criação da Amazônia Legal⁸, na década de 50, e pelo incentivo de ocupação da região dado pelo Governo Militar. Nesse sentido, em outras palavras, imaginar que cidades que possuíam organização administrativa e consolidação urbana apresentaram graves problemas no planejamento e expansão urbana advinda do processo de industrialização (estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul), a situação de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, que surgiram com o impulso da indústria, apresentam um quadro mais delicado, pois foram precocemente fundadas devido o próprio processo de industrialização e não apenas surpreendidos e modificados por ele (GREISSING, 2010).

A inexistência de cidades no Vale do Jari antes da implantação do Projeto Jari, fez com que fossem projetadas, planejadas e construídas duas vilas principais seguindo o estilo de company towns para solucionar a demanda habitacional que o Projeto Jari exigiria para seu funcionamento. A Vila de Monte Dourado, como sede dos altos funcionários (onde na década de 70 residiu cerca de 15.400 trabalhadores)

⁷ Também conhecidas como 'drogas do sertão', apesar de, curiosamente, a região amazônica ser tropical.

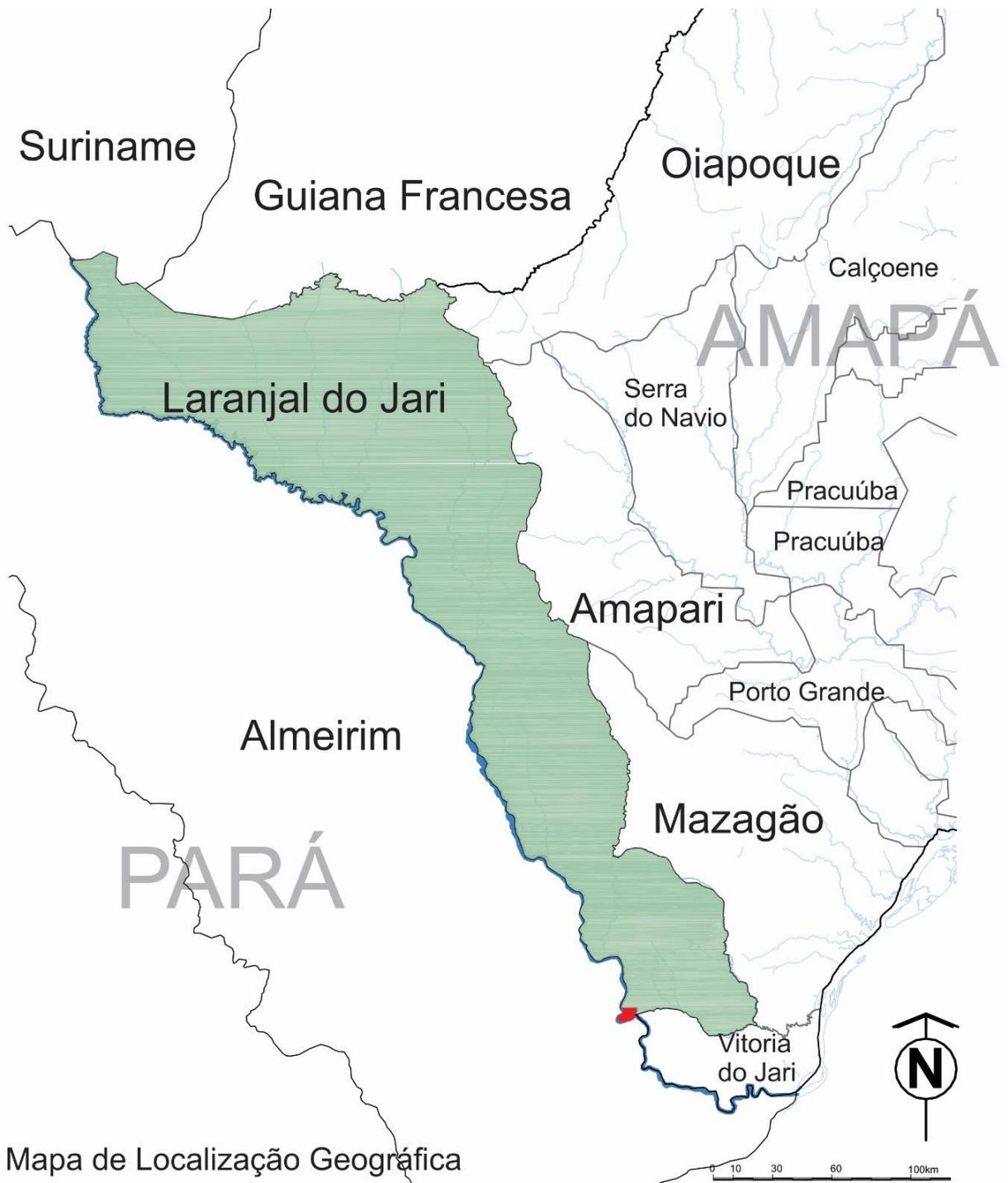
⁸ O conceito de Amazônia Legal foi criado pela lei nº 1.806 de 06 de janeiro de 1953, com intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica.

atualmente transformado em distrito de Almeirim, e Vila Munguba, sede da instalação da fábrica e de acampamento para os trabalhadores da fábrica (GREISSING, 2010, p. 49 - 50). E também fundaram outras pequenas vilas espalhadas pelo território, como São Miguel e Planalto, todas possuíam padrão internacional de infraestrutura urbana e arquitetônica.

Laranjal do Jari possui fronteira estadual com o estado do Pará, com o distrito de Monte Dourado – Almeirim, e Vitória do Jari com Munguba – Almeirim, ambos localizados às margens do rio Jari, e fronteiras internacionais ao norte com a Guiana Francesa e o Suriname (Figura 15, Figura 16)). Essas cidades amapaenses surgiram, principalmente, em decorrência da implantação do projeto pertenceriam ao estado do Pará, e apesar das mesmas pertencerem ao perímetro de posse da empresa foram ignoradas durante décadas. Laranjal do Jari e Vitória do Jari são periferias das duas company towns, por oferecerem, mesmo irregularmente, alternativas para suprir algumas necessidades através do comércio de mercearias e geração de renda.

As consequências positivas da implantação do projeto também são observadas, como a abertura econômica e desenvolvimento demográfico. No que Greissing (2010) afirma:

De fato, ninguém pode hoje imaginar a região do Jari sem o empreendimento econômico que deu lugar às infraestruturas presentes hoje na região, e ninguém pode também negar que a continuidade do Projeto Jari depende da mão de obra e da colaboração da população local. Desde a ressurreição do projeto pelo Grupo ORSA em 2000, a região vive um período de surto econômico e de dinamização política (também graças ao trabalho integrativo da Fundação Orça), sem evidentes e fortes conflitos sociais. (GREISSING, 2010, p. 67-68)



Mapa de Localização Geográfica

LEGENDA

MACROZONA RURAL E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

MACROZONA DE OCUPAÇÃO CONSOLIDADA

LIMITE ESTADUAL

HIDROGRAFIA DO ESTADO DO AMAPÁ

Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP

Figura 15: Localização geográfica de Laranjal do Jari - AP.

Elaboração: SILVA, V. F., 2014.

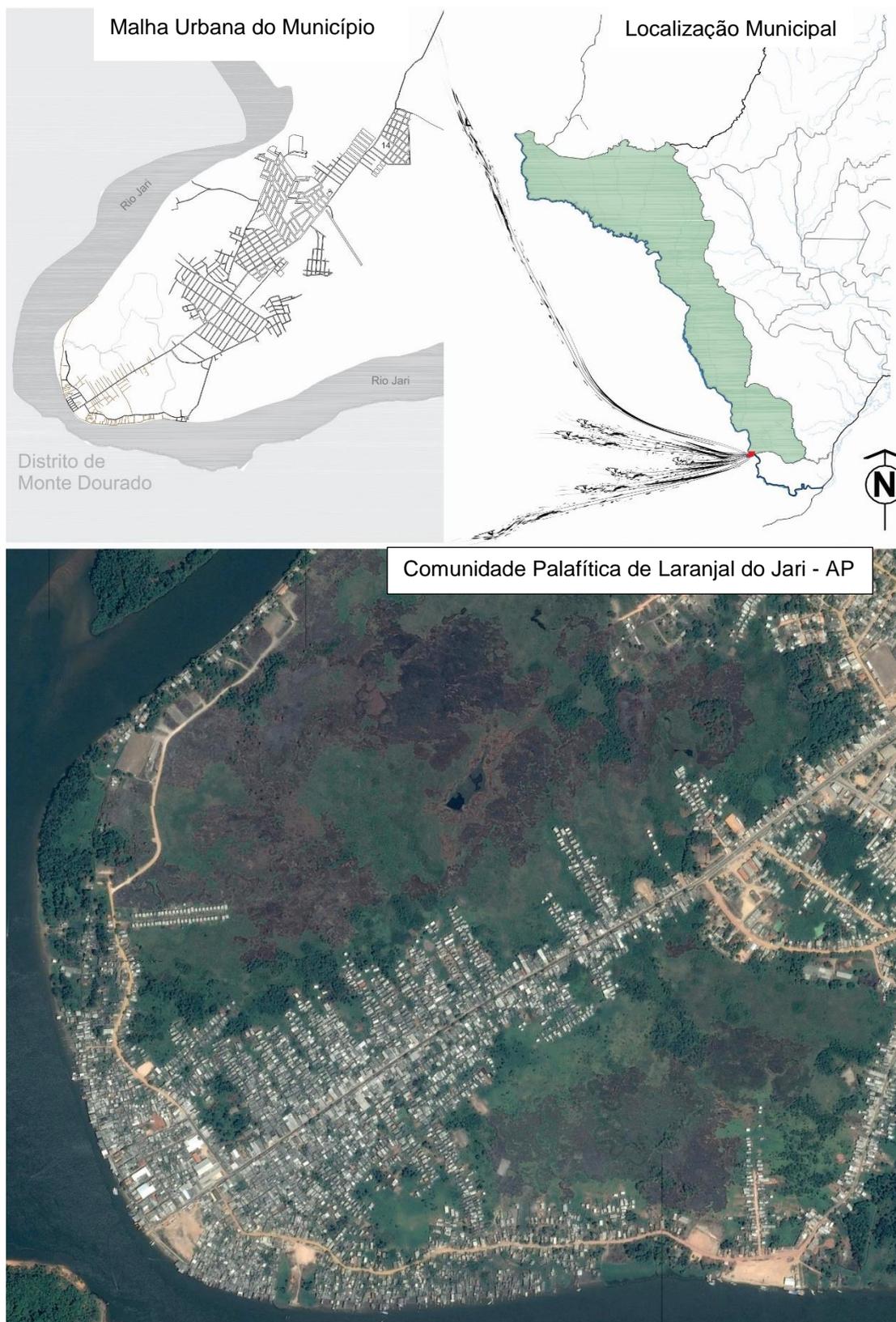
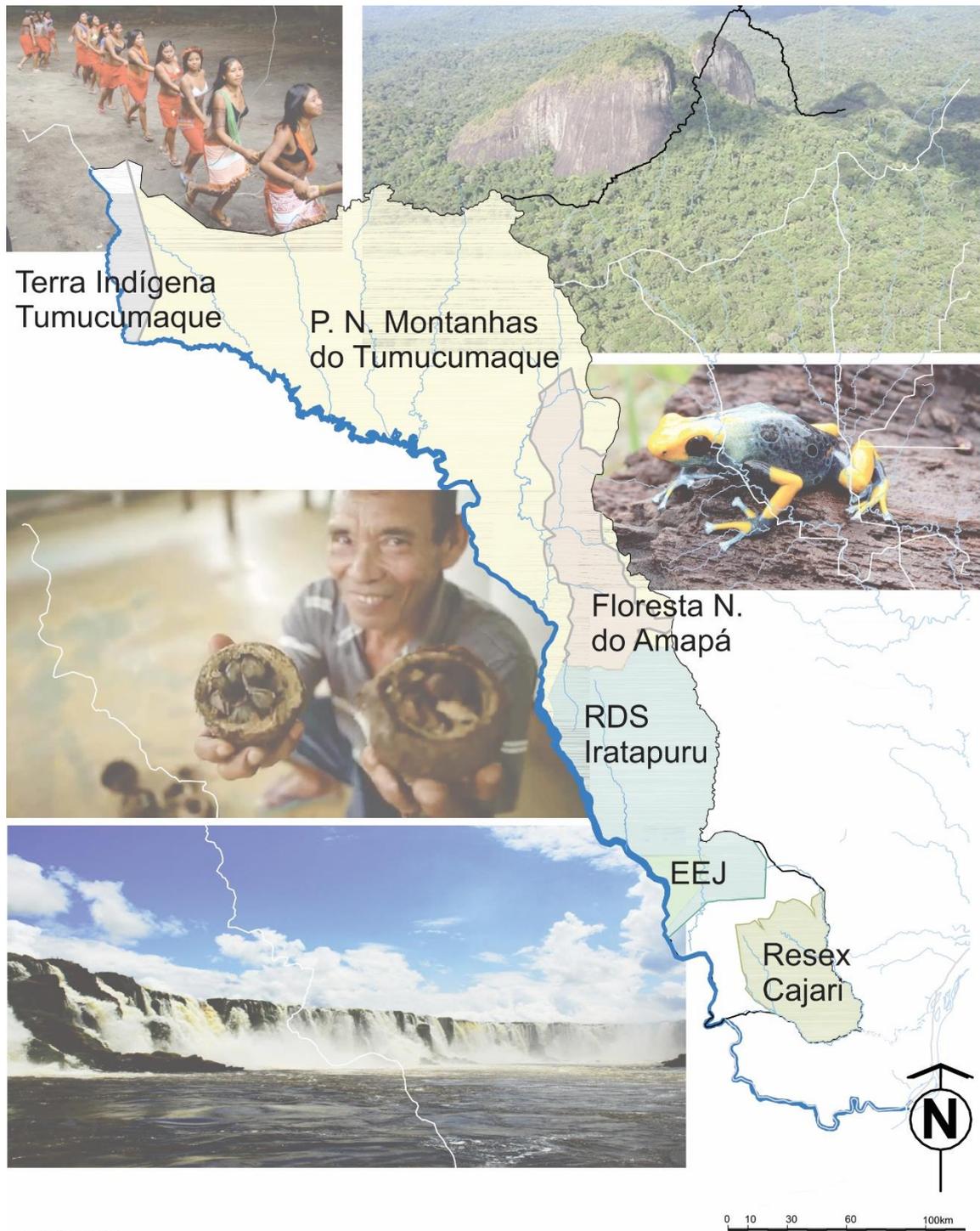


Figura 16: Esquema de escala da localização. Elaboração: SILVA, V. F., 2017.
Base Cartográfica: Instituto Polis - SP.

Apesar do preocupante e ligeiro crescimento das vilas palafíticas, o até então Território Federal do Amapá não possuía autonomia administrativa, apenas com o fim da ditadura militar em 1985 a transformação do Território Federal do Amapá em Estado ocorreu em 1988. Apesar de Laranjal do Jari ter sido transformado em município um ano antes, em 1987 (TOSTES, 2009). Após a transformação, o governo amapaense iniciou um processo de reintegração no Estado Nacional de parte do território que pertencia à empresa, cerca de 40% do território da empresa estava no Amapá. Como o Projeto Jari recebia incentivo do Governo Militar, com seu fim, o Amapá possuía meios mais justos e legais de reclamar a reintegração (GREISSING, 2010). O Estado do Amapá reclamava principalmente áreas onde existiam comunidades maiores de extrativistas, cuja existência encontrava-se ameaçada pela expansão intencionada da monocultura pelo Projeto Jari, visando, principalmente, a manutenção e preservação dessas comunidades, em 1990 o Estado do Amapá cria a RESEX – Reserva Extrativista Cajari e, em 1997, a RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Iratapuru (Figura 17).

Transformado em município em 17 de dezembro de 1987, vinte anos após o acordo firmado para construção do Complexo Jari Celulose. Atualmente é o terceiro município em quantidade populacional, com estimativa de 43.832 mil habitantes até o ano de 2013 (IBGE, 2010), ficando atrás apenas de Macapá e Santana, também possui o maior território do Estado, com 31.170km² (IBGE 2010), sendo apenas 18.50m² destinados ao perímetro de ocupação urbana, devido ao grande número de reservas ambientais que ocupam o território. Desde a década de 70 apresenta altas taxas anuais de crescimento geográfico e populacional, cerca de 4,7%, (CÉLIS, 2008).



LEGENDA

- LIMITE ESTADUAL
- HIDROGRAFIA DO ESTADO DO AMAPÁ

Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - Ap

Figura 17: Reservas ambientais de Laranjal do Jari - AP.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Atualmente, a cidade é composta por 15 bairros (Figura 18), são eles: Samaúma, Malvina, Santarém, Santa Luzia, Sagrado Coração de Jesus, Agreste, Prosperidade, Nova Esperança, Mirilândia, Castanheira, Cajari, Sarney, Nazaré Mineiro e Alta Visão. Desses bairros 06 (seis) estão erguidos na várzea do Jari, são eles: Samaúma, Malvina, Centro, Santarém, Sagrado Coração de Jesus e Santa Luzia, Sendo que uma pequena parcela dos habitantes do bairro Agreste, Marilândia e Nova Esperança também vivem em habitações palafíticas e em algumas ocasiões também sofrem com o alagamento (MAPA DA POLÍCIA MILITAR 11º BPM – VALE DO JARI).



Mapa de Macrozoneamento Urbano

LEGENDA

1	Samaúma	6	Sagrado C. de Jesus	11	Castanheira	16	Área Projetada
2	Malvina	7	Agreste	12	Cajari		— RUA
3	Centro	8	Nova Esperança	13	Sarney		— PASSARELA
4	Santarém	9	Prosperidade	14	Nazaré Mineiro		
5	Santa Luzia	10	Mirilândia	15	Alta Visão		

Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP.
 Dados: Plano Diretor 2005 e Polícia Militar 11º BPM Vale do Jari.

Figura 18: Mapa de zoneamento urbano de Laranjal do Jari, Amapá.
 Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

2.1. EM PALAFITA – A PRIMEIRA FAVELA DA AMAZÔNIA

Na Amazônia, uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo o mundo, 80% do crescimento das cidades tem-se dado nas favelas, privadas em sua maior parte, de serviços públicos e transporte municipal, tornando assim sinônimo “urbanização e “favelização”. John Browder e Brian Godfrey, 1997, p. 130.⁹

Desde o início das obras para implantação da fábrica de produção e beneficiamento da celulose, ocorreu um grande processo migratório para a região, como já foi citado. Assim como candangos, homens e mulheres de todas as regiões do país, expressivamente do Nordeste e de algumas cidades do interior do Norte, embarcavam com destino ao, até então desconhecido, Vale do Jari. Famílias inteiras embarcavam em viagens longas, navegando pelo rio Amazonas, movidas pela promessa de melhoria de vida, casa própria, acesso ao sistema de saúde e educação de qualidade, contando ainda com o padrão internacional de infraestrutura urbana que as company towns ofereciam (GREISSING, 2010).

Essa proposta agregada à precária situação econômica e social da qual muitos migrantes tentavam fugir, transformaram o Projeto Jari em um oásis de sonhos. Infelizmente, em grande quantidade frustrados. Pois a realidade, por muitos desconhecida, fez com que inúmeras famílias desembarcassem as margens do rio Jari com todos os seus pertences e sem planos de retornar a terra natal (GREISSING, 2010).

No início da implantação do projeto muitos trabalhadores contratados não possuíam formação profissional superior, assumiram assim trabalhos temporários (o serviço braçal), que era a necessidade emergente da empresa durante sua primeira etapa, pois precisavam modificar a paisagem existente de floresta nativa para dar lugar à monocultura e implantar um novo polo industrial. Após essa etapa as

⁹ BROWDER, John; GODFREY, Brian. Rainforest Cities: Urbanization, Development, and Globalization of the Brazilian Amazon. Nova York, Columbia University, 1997, p. 130, apud DAVIS, 2006, p. 27.

demissões foram inevitáveis, pois a empresa buscava a partir dela a mão-de-obra qualificada para a operação da fábrica. Os ex-trabalhadores eram obrigados a deixar o território das company towns, e como muitos deles não possuíam condições para voltar à suas cidades imediatamente, a única solução dos desabrigados era construir sua habitação na margem amapaense do rio Jari, onde já existia uma pequena vila de habitantes ribeirinhos movidos pela corrente migratória (COUTO e TALEZ, 2007).

A cidade nasceu na irregularidade fundiária e sem inúmeros outros controladores dos espaços urbanos. Mesmo pertencente ao território do Projeto Jari, os moradores da comunidade que nascia não possuíam liberdade de acesso a sistemas básicos de infraestrutura urbana das company towns. Mesmo com essa condição de restrição, no início, a vida cotidiana na vila palafítica era agitada servido como área para diversão dos trabalhadores da fábrica (GREISSING, 2010).

A vila continuou a crescer tecendo sua malha urbana e sua arquitetura na autoconstrução, transformando sua irregularidade e ilegalidade em uma nova paisagem cultural na Amazônia, entrelaçando as características vernáculas e modernas. Como já foi dito no capítulo 1.2. Paisagem de Resistencia, a ilegalidade e o desinteresse do mercado, possibilitam que comunidades que estejam nessa situação desfrutem do direito à cidade no sentido de fazer e refazer a ela e ao próprio morador, e se pode dizer que os bairros palafíticos que originaram Laranjal do Jari usufruiu/usufrui desse direito (Figura 19).



Figura 19: Registro da paisagem e rotina de Laranjal do Jari - AP.
Fonte: Instituto Polis – SP, 2011.

Importante ressaltarmos que os 1,3 milhões de hectares comprados por Ludwig de maneira “legal”, com apoio do Governo Militar, delimitava-se dentro do Estado do Pará e do então Território Federal do Amapá, Laranjal do Jari e Vitória do Jari instalaram-se dentro do território de posse do Complexo Jari, entretanto não era de interesse do mesmo intervir em tal realidade, sendo que, para a empresa, as necessidades habitacionais eram preocupantes apenas em relação os trabalhadores da empresa, e essas necessidade já estavam supridas em pelas company towns.

Apresentou-se então três grupos distintos de ocupantes da margem amapaense do rio Jari:

- Extrativistas:

Trabalhadores do comercio de produtos extrativistas mantidos anteriormente pelas empresas Jari Indústria e Comercio e a Companhia Industrial do Amapá, pertencentes ao grupo de empresários portugueses. Esses ocupantes pertenciam às comunidades extrativistas espalhadas no território que a Jari Celulose comprou, como sua base de subsistência econômica era mantida pela floresta nativa, fonte de produção dos produtos extrativistas, que foi em grande área derrubada para a plantação de eucalipto, as comunidades foram obrigadas a escolher entre abrigarem-se na vila que estava crescendo na ilegalidade ou adentrarem ainda mais na floresta nativa. Com isso grande parte escolheu construir suas habitações na vila, pois, de qualquer maneira, o comercio extrativista estava ameaçado pela falta de organização empresarial, pois já não havia acordo direto entre os extrativistas e os compradores (GREISSING, 2010).

- Migrantes:

Esse grupo corresponde aos homens e mulheres que abandonaram suas cidades em busca de melhoria de vida mesmo sem garantia (tratados aqui como os fugitivos de realidades econômicas e sociais caóticas), independente do Complexo Jari, pois o ciclo econômico crescia no local e a notícia da transformação que acontecia no local os motivava.

- Ex-trabalhadores:

Este grupo possui a maior porcentagem de pessoas, pois a princípio a empresa necessitava de um expressivo número de trabalhadores para a etapa de implantação da fábrica e construção das vilas, essa etapa possuía uma enorme dimensão, se contabilizarmos a construção de aproximadamente 09 (nove) mil quilometro de estradas, duas company towns principais, porto fluvial, aeroporto, hospital, escolas, entre outros equipamentos, a etapa que corresponde do final da década de 60 ao final da década 70 (a fábrica chegou em 1978, ano que começou a produção de celulose). Ao fim dessa etapa houve um grande processo de demissões, que resultou em inúmeros desabrigados da empresa se abrigando na vila palafítica.

A partir desse momento (década de 70) intensificou-se o processo de ocupação, registrando desde então aumento de 4,7% na taxa anual de crescimento geográfico populacional (LINS, 2001). No que descreve Greissing (2010), formou-se como contraste o que se pode chamar de primeira favela da Amazônia: o “beiradão”, uma acumulação caótica de barracas sobre palafitas, onde se instalaram os mais pobres, os expulsados rurais, os delinquentes e as prostitutas. No que Siqueira e Campos (2012) também cita:

A cidade surgiu a partir de pequenos “barracos” de palafitas, transformando-se posteriormente em uma grande “favela”, sendo considerada, nos anos 80, a maior favela fluvial do mundo, famosa pelas atividades ilícitas. (SIQUEIRA e CAMPOS, 2012, p. 2)

Rapidamente tornou-se nítido o contraste nas margens do rio Jari, enquanto os ex-trabalhadores deixavam a estabilidade que a infraestrutura urbana e social que a empresa outrora os oferecia, os expulsados rurais deixavam sua cultura extrativista e os migrantes desembarcavam a todo momento para viver de maneira improvisada em um lugar que se erguia pela necessidade individual da moradia, sem garantia de investimentos para suprir suas necessidades primárias e coletivas. O contraste social e urbano é permanente, existindo ainda certo preconceito com os moradores dos bairros, agora consolidados (Figura 20). As casas temporárias deram origem às habitações permanentes e iniciou-se a construção da infraestrutura urbana da vila em palafita, as casas começaram a se conectar não apenas com o rio Jari, mas umas às

outras através de passarelas de madeira, configurando uma malha urbana específica, então se consolidava a morfologia urbana da cidade.



Figura 20: Contraste na paisagem da orla de Laranjal do Jari (esquerda) e Monte Dourado (direita), 2011.

Fonte: Instituto Polis – SP, 2011.

2.2. CENTRO HISTÓRICO DE LARANJAL DO JARI

As palafitas não são entendidas aqui como vilões, vetores de desgraça do mangue, mas como mais um símbolo da resistência, de uma herança cultural indígena-aborígina, de ancestrais que habitaram estas e outras terras-águas. (IGLESIAS, 2005, p. 9¹⁰)

Assim como a terra, o fogo e o ar, a água possui, por seu magnético caráter, espirituais e simbólicos significados, profundamente enraizados no imaginário humano – um ambíguo elemento puramente feminino e maternal, da emoção e do subconsciente, significando o amor, a purificação, a intuição, os mistérios e a compaixão e, ao mesmo tempo e antagonicamente, representando a morte, a submersão e a possessiva força das inundações, do mítico dilúvio[...] (NOLL, 2010, p. 23-24)

¹⁰ IGLESIAS (2005) em seu trabalho sobre a Vila Gilda – SP.

A palafita inserida no contexto histórico de nossa abordagem, na região amazônica, se justifica pela configuração fluvial apresentada pelo desenho dos rios que, ainda hoje, é a única opção de transporte para várias comunidades ribeirinhas. Assim como comunidades surgem às margens de rodovias pela facilidade de acesso à mobilidade, tal exemplo se aplica ao surgimento e crescimento das cidades anfíbias. Os rios que formam a bacia Amazônica, navegáveis em sua maioria, possibilitam o surgimento das comunidades às suas margens, formando um grande percurso fluvial de cidades e comunidades. Mesmo atualmente, com construção de algumas rodovias e estradas, inclusive aeroportos, conectando essas cidades, inúmeras ainda conservam bairros em palafitas, ou mesmo cidades inteiras, como, por exemplo já citado anteriormente, a cidade de Afuá – PA.

Apesar das vantagens iniciais apresentadas pela construção em palafitas, quando inserida no meio urbano amazônico, a mesma é reconhecida como uma construção característica de favela e habitações irregulares, como se apresentam expressivamente na Índia, Venezuela, África, e vários outros exemplos, inclusive nos estados brasileiros, como São Paulo, Recife, etc. Entretanto a palafita amazônica não deveria ser analisada separadamente das questões geográficas – a bacia do rio Amazonas, culturais e históricas, a materialização de manifestações culturais, sociais e religiosas, formando sua própria teia e gerando seus próprios símbolos. No que Fraxe (2000) cita em seu livro *Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*:

O caboclo ribeirinho, que vive às margens do rio Amazonas, convive com uma terra que fica submersa por quatro a cinco meses todo ano. A reprodução de sua unidade familiar, neste sentido, depende de um rio, de uma “terra molhada” (várzea), e de uma “terra firme”, espaços que se misturam, criando uma linha quase imaginária entre as superfícies terrestres e aquáticas. (FRAXE, 2000, p. 26)

Devido críticas, principalmente de cume ambiental, a palafita urbana amazônica está sofrendo um processo, ou tentativa de erradicação-extinção. Sendo que as propostas de ‘urbanização’ de áreas palafitas buscam alcançar a satisfação na

qualidade da habitação, e com isso a motivação expressivamente está voltada à retirada dos habitantes das palafitas para conjuntos habitacionais de interesse social (PEREIRA et al, 2011). Entretanto, por diversas vezes os projetos são pensados visando apenas as necessidades físicas da moradia, não abrangendo a necessidade do habitar para o habitat (Figura 21).



Figura 21: Exemplo de projetos habitacionais de interesse social construídos em Laranjal do Jari - AP. Fonte: Instituto Polis - SP, 2013.

Na cidade de Manaus, por exemplo, tal processo de extinção da palafita é visível e histórica, como a extinção da Cidade Flutuante que era cartão postal da

cidade (Figura 22), e recentemente através de iniciativas como a do PROSAMIM (Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus). Tal programa foi orçado em US\$ 200 milhões, à solução técnica elaborada para solucionar o “problema” da moradia em palafita que, segundo Pereira et al (2011), a proposta consiste em construir, em uma área próxima as áreas palafíticas nos igarapés da cidade, um conjunto habitacional de interesse social dispondo além da habitação em alvenaria e em prédios multifamiliar, praças, quadras de esporte, passeios públicos etc. (Figura 23). Interessante observar que anteriormente tal área, enquanto ocupada por habitações palafíticas, era considerada área de vulnerabilidade ambiental, inapropriada para habitação e protegida por lei ambiental municipal, sem ressaltar o valor do projeto que poderia estar voltado não apenas a erradicação da palafita, mas ao desenvolvimento de novas técnicas construtivas que pudesse minimizar os impactos ambientais das habitações já existentes na área.

A mudança da área alagada para a área seca, em tese, possibilitaria o morador acessar ao direito de desfrutar de um ‘ideal de cidade’ colonial-contemporânea. As palafitas estão à margem dessa cidade, apesar de estarem inseridas no contexto da Amazônia, adequando a habitação humana como um próprio crustáceo a sua casca, como sugere o título do trabalho de Iglesias (2005), Casa de Caranguejo, em referência as ocupações palafíticas no mangue, desenvolvidas e entendidas a partir das necessidades e características do espaço. No que Pereira et al (2011) cita a respeito das palafitas:

Compreendido as palafitas como textos da cultura amazônica, isto é, como formações portadoras de sentido que resultam do encontro conflituoso e produtivo dos sistemas culturais. Seguir nessa direção implica admitir que a arquitetura das palafitas resulta de processos de codificação das linguagens da cultura e por isso mesmo se apresenta como texto cultural. ...]Conforme Lotman, ao tomar um objeto cultural como texto, supõe-se que ele esteja codificado de alguma forma por, no mínimo, duas linguagens, ainda que os códigos que o entrelaçam como tal sejam, num primeiro momento, desconhecidos pelo investigador (LOTMAN, 1998b: 119). (PEREIRA et al, 2011, p. 20, 21)



Figura 22: Cartão-postal da Cidade Flutuante de Manaus, 1960. Fonte: Aurélio Michiles, 2005, citado por PEREIRA et al, 2011.



Figura 23: Tipologia habitacional do PROSAMIM. Fonte: <
<https://marcosocosta.wordpress.com/2012/11/25/o-programa-de-saneamento-dos-igarapes-de-manaus-prosami/>>. Acesso em 24. 08. 2016.

Trazendo a discussão para os bairros palafíticos de Laranjal do Jari, podemos considerar os mesmos como o centro histórico, por ter sido através deles que o espaço urbano se consolidou cidade, e ainda assegurando esse reconhecimento ao processo de construção de sua paisagem, entendida como o símbolo e o objeto onde se pode morar, manter e desenvolver suas redes e teias.

Pode soar um tanto contraditório, mas Laranjal do Jari possui um 'centro histórico moderno' devido surgir durante e em decorrência da industrialização, porém isso não retira de si a importância que possui para os moradores. A necessidade dos centros urbanos manterem seus centros históricos é um fator importante para manutenção da identidade urbana dos habitantes, sua importância ultrapassa a qualidade de vida que uma cidade precisa oferecer em termos de infraestrutura (LIMA, 2009).

Paradoxalmente, existe o não-reconhecimento da morfologia palafítica da cidade como o centro histórico da mesma (assegurado por seu peculiar processo histórico e por sua regionalidade). O que se percebe, são forças de manifestações e da elaboração de leis para preservação de centros históricos em cidades brasileiras que, *expressivamente*, preservam urbanisticamente e arquitetonicamente características de influência das culturas europeias durante a colonização.

Com essa análise apresentamos a seguinte questão: Seria conveniente que um centro urbano legítimo a sua regionalidade pudesse ser preservado dessa maneira como patrimônio histórico?

Laranjal do Jari possui o centro da cidade no mesmo espaço onde se encontra o seu centro histórico, se observarmos que os centros das cidades são caracterizados pela presença de atividades diferenciadas, que apresente maior animação sob todas as formas (SANTOS, 1959). Santos (1959) cita, que o que dá aos centros de cidade um característico comum é a natureza das atividades que aí se processam, responsáveis pelos aspectos de paisagem e de estrutura que assemelha mais fortemente a sua individualidade. Por isso não estamos relacionando o centro da cidade devido, especificamente, à classificação feita pelo Plano Diretor (2005), mas

de maneira mais ampla voltado às atividades, às ações, à rotina e à paisagem gerada pelos movimentos desses elementos, como cita Santos (1959).

Como o Plano Diretor, elaborado em 2005 (TOSTES, 2009), já reconhece o centro urbano da cidade na área dos bairros em palafita, não vamos adentrar a perspectiva de reconhecimento dessa característica, mas, sim na perspectiva do questionamento sobre a legislação não abraçar para esse sítio o conceito de centro histórico da cidade. Isso porque os centros das cidades sempre estão em movimento dentro da cidade, a cidade como um todo, as mudanças dos polos comerciais e de atividades entre os bairros podem ser alterados através de inúmeros fatores, inclusive a intervenção técnica. No que Santos (1999) nos explica quando cita as preocupações expostas por Pierre George¹¹, no que diz que a cidade está a caminho de se tornar muito rapidamente, no mundo inteiro, um produto técnico[...a cultura era nacional ou regional, a técnica é universal.

Ao observamos que as cidades estão sofrendo de maneira generalizada transformações advindas das técnicas, no sentido de infraestruturas modernas, e pelo uso dos maquinários, podemos concluir, que o reconhecimento dos centros históricos dentro das cidades pode ser de suma importância para limitar as transformações 'insensíveis' nos centros de importância cultural das cidades.

Como já explicado, Laranjal do Jari é um dos exemplos da agregação de técnicas construtivas tradicionais – a palafita, para solucionar o problema da habitação. O uso dessa técnica construtiva em palafita que, anteriormente, não impactava a paisagem amazônica, apresenta-se agora como um aglomerado, uma favela fluvial (SIQUEIRA e CAMPOS, 2012). Todavia, existe uma intrínseca relação entre espaço construído entrelaçado a todos as relações que formam uma cidade (Figura 24).

O que se constrói a partir desse momento, do surgimento dos problemas habitacionais resultando nas favelas, também pode ser considerada e classificada como símbolo de riqueza cultural.

¹¹ Pierre George, A Técnica: Construções e Desconstruções. 1974, p.13, apud SANTOS 1999, p. 28.

Se o centro histórico da cidade, a identidade urbana de um povo, está estruturado sobre um rio em forma de palafitas ligadas por 'frágeis' pontes de madeira, as propostas de planejamento e/ou ordenamento urbano e sua gestão, assim como as ferramentas técnicas que podem intervir nos espaços da cidade, devem encerrar essa configuração como um desafio racional que a gestão da cidade possui, sem limitar-se as técnicas e formas padrões de planejamento. O centro histórico de uma cidade será diferenciado e resguardado em modificações que correspondam aos anseios coletivos e não individuais (LIMA, 2009).



Figura 24: Habitações na orla do rio Jari - AP.

Fonte: Instituto Polis - SP, 2011.

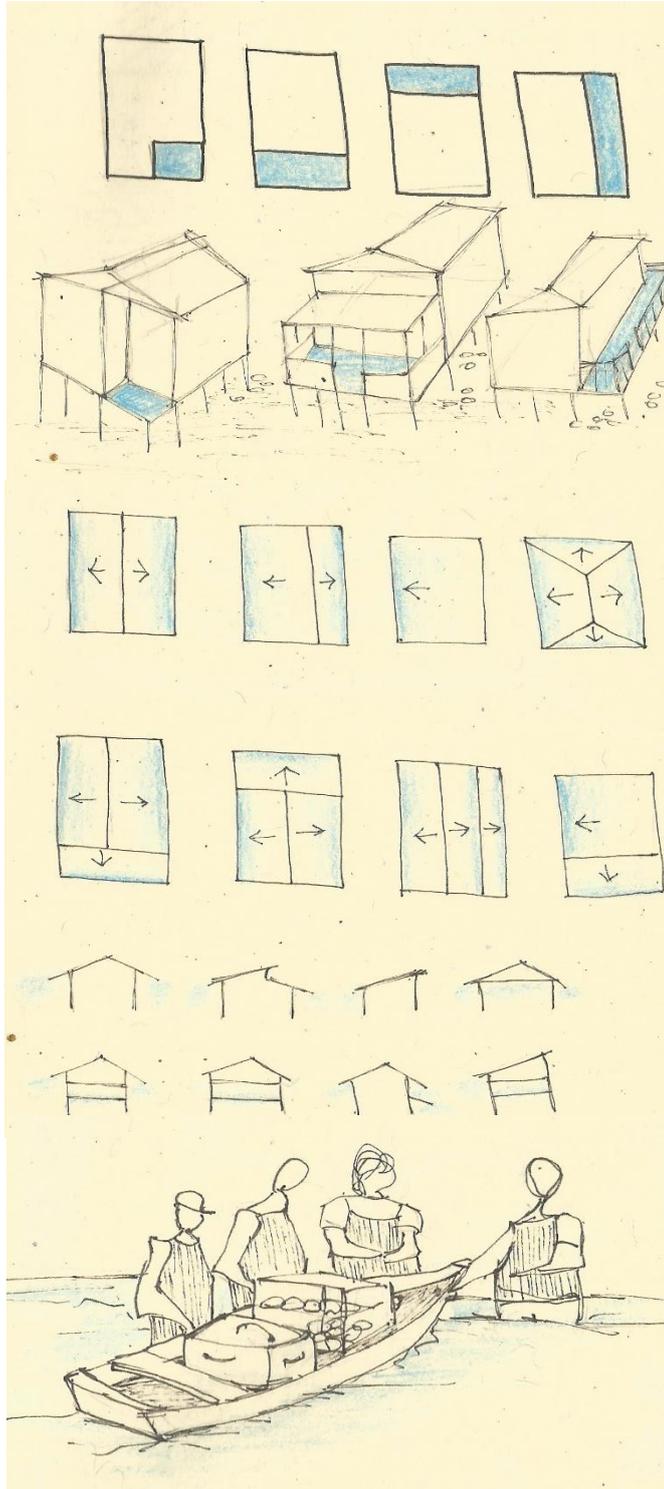


Figura: Ilustração As Águas.
Elaboração: SILVA, V. F., 2016.

3. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso corresponde à área ocupada da várzea do rio Jari, em Laranjal do Jari, abrangendo os bairros palafíticos da cidade, Samaúma, Malvina, Centro, Santarém, Sagrado Coração de Jesus e Santa Luzia (Figura 25).

A pesquisa se fez de caráter investigativo, buscando expor de maneira concisa os dados e análises resultantes, levando em consideração os aspectos e características já expostos em pesquisas anteriores sobre o tema.

O processo metodológico foi desenvolvido seguindo 03(três) etapas principais e suas subdivisões:

1ª Etapa - Coleta de dados secundários em bibliografia escrita disponível, almejando construir uma percepção prévia dos vários aspectos que compõem o local sobre o tema em questão.

- Inter-relação dos aspectos históricos e econômicos com a formação do espaço urbano e sua configuração atual;
- Mapeamento e classificação preliminar das vulnerabilidades socioambientais dos bairros.

2ª Etapa - Pesquisa de campo para fins de coleta de dados primário para atualização de dados e conhecimento da configuração física atual:

- Aplicação de questionários para os habitantes, onde poderá se entender a visão dos mesmos sobre seu modo de vida e o local onde habitam;
- Criação do acervo bibliográfico e fotográfico.

3ª Etapa – Formulação da proposta de intervenção urbanística e arquitetônica:

Através dos resultados obtidos nas duas etapas anteriores pretende-se:

- Traçar perfis das utilizações do espaço urbano e de seus usuários;

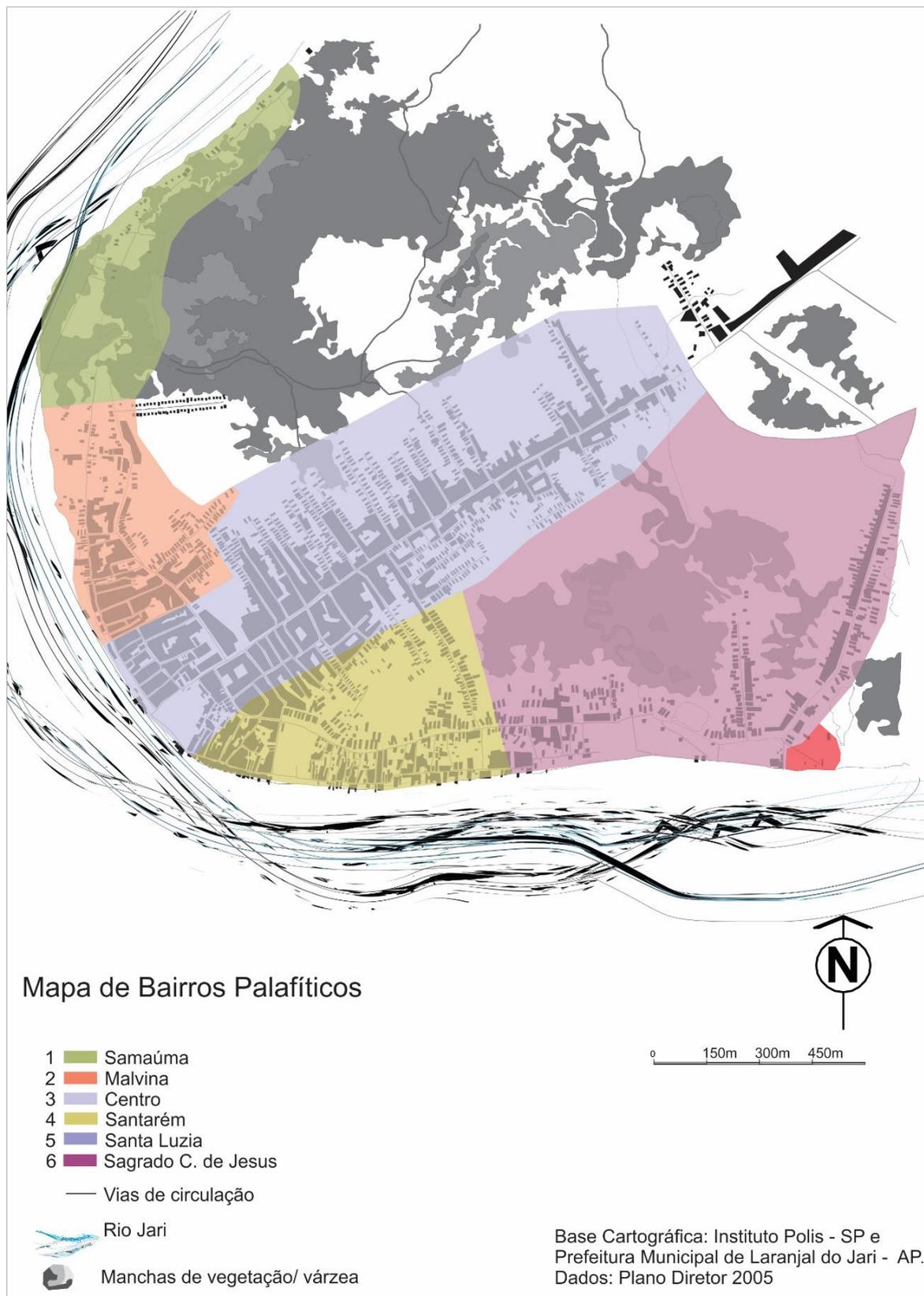


Figura 25: Mapa de esquematização dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari.
 Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

- Diagnosticar o aspecto da intervenção sendo pautada nos anseios coletivos da comunidade;
- Desenvolver um programa de necessidade;
- Apresentar a proposta de intervenção.

Dados Quantitativos

A plataforma digital do IBGE (2010) disponibiliza um mapeamento dos ‘aglomerados subnormais’ que, apesar de não concordarmos com o uso desse termo para os bairros do estudo de caso deste trabalho, apresenta dados quantitativos relevantes para esta pesquisa, levantando o número de moradores e moradias nos bairros palafíticos mapeados pela plataforma (Figura 26).

Bairro	Habitacões	Habitantes	Média de habitantes
Centro*	810	3.451	4,2
S. Coração de Jesus	995	4.260	4,2
Malvina	633	2.549	4,0
Santarém	423	1.722	4,1
Samaúma	231	833	3,6
Três Irmãos**	444	2.171	4,88
Total	3.536	14.986	

Tabela 1: Dados quantitativos dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari (IBGE, 2010).

Elaboraco: SILVA, V. F., 2017.

* Centro: Dados de alguns setores desse bairro não foi possível acessar pela plataforma;

** Três Irmãos: Não foi possível compatibilizar a localizaco desse bairro com as bases cartográficas utilizadas neste trabalho, porém, segundo a plataforma, os dados não se sobrepõem.



Figura 26: Divisão dos bairros palafíticos segundo plataforma digital do IBGE (Censo 2010). Disponível em > <http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/>< . Acesso dia 21.07.2017.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Legislação

O estudo da legislação urbana de Laranjal do Jari apresenta que, por ser área de várzea, o território ocupado pelos bairros palafíticos é área de marinha, e devido

sua situação de ocupação ser consolidada, a prefeitura propôs acordo sobre o uso e ocupação da área, em que a mesma disponibilizasse a concessão de uso aos moradores. Tal proposta foi feita através da revisão da minuta do Plano Diretor de Laranjal do Jari de 2005, realizado pelo Instituto Polis – SP (2014), porém não há confirmação de sua aprovação. O Art. 142. cita:

Art. 142. Parágrafo único. As áreas ocupadas que abrangem parte ou a totalidade de terrenos de marinha, terrenos marginais ou reservados, seus acrescidos ou outras áreas insuscetíveis de alienação nos termos do Art. 20 da Constituição Federal, poderão ser regularizados mediante outorga de título de concessão de direito real de uso. (REVISÃO DA MINUTA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI, 2014, p. 46)

No que as habitações, em sua maioria, não possuem delimitação de lote, o uso se faz apenas na relação do habitante e da habitação. Através da concessão de uso, e desde o PLANO DIRETOR¹² (2005), tal área tornou-se, por lei municipal, consolidada para a habitação. No PD de 2005 o zoneamento feito classificou os bairros palafíticos entre Zona de Uso Misto (ZUM), Zona de Recuperação Ambiental (ZERA 2 e ZERA 1), Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA 3 e ZEPA 2) e Zona Habitacional (ZHAB) (Figura 27). E na revisão do PD 2005 (2014) foi estabelecido para as áreas ZEPA 1, ZEIS 1 e 3 e ZEURT (Figura 28).

¹² PLANO DIRETOR chamado de PD daqui por diante.



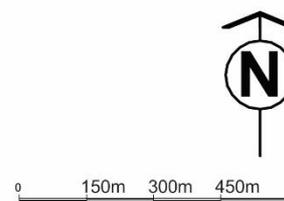
Mapa de Zoneamento do Plano Diretor 2005

LEGENDA

- 1  Zona Especial de Proteção Ambiental
- 2  Zona de Uso Misto
- 3  Zona Habitacional
- 4  Zona Especial de Recuperação Ambiental
- 5  Zona de Uso Misto Institucional

 Rio Jari

 Manchas de vegetação/ várzea



Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP
Dados: Plano Diretor 2005

Figura 27: Zoneamento urbano da área palafítica de Laranjal do Jari, PD 2005.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

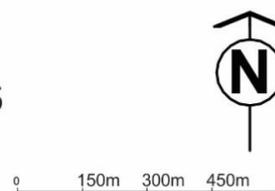


Mapa de Zoneamento Revisão Plano Diretor 2005

LEGENDA

- 1 Zona Especial de Proteção Ambiental
- 2 Zona Especial de Interesse Social
- 3 Zona de Uso Rural e Tradicional

- Rio Jari
- Manchas de vegetação/ várzea



Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP.
 Dados: Revisão do Plano Diretor, 2014.

Figura 28: Proposta de zoneamento da revisão do PD 2005, Instituto Polis (2014).

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Na revisão do PD 2005, realizado pelo Instituto Polis em 2014, descreve por Zona Especial de Interesse Social – ZEIS:

As ZEIS são parcelas de área urbana instituída pelo PD ou definidas por outra lei municipal, destinadas predominantemente à regularização fundiária e provisão de moradia para população de baixa renda, estando sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

São objetivos da ZEIS 1:

- I. Promover a regularização fundiária de assentamentos precários, incluindo as áreas ambientalmente protegidas e ocupadas pela população de baixa renda, na forma da Lei Federal n. 11.977/2009 e legislação correlatada;
- II. Promover melhorias nas condições de moradia, viabilizando o acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana;
- III. Criar estratégias para a manutenção da população no local original de moradia, em condições habitacionais adequadas, priorizando a eliminação de situação de riscos à saúde coletiva ou aos imóveis.

Descrição: a mancha corresponde a 320m, aproximadamente, da margem do Rio Jari adentrando a cidade, abrangendo bairros e pequenos portos. Uma faixa do início da comunidade Samaúma ao final do bairro Sagrado Coração de Jesus.

Zona Especial de Uso Rural e Tradicional – ZEURT

São objetivos das ZEURT's:

- I. a proteção dos usos e atividades rurais e extrativistas tradicionais, desenvolvidas por povos e comunidades;
- II. a requalificação urbanística e provisão de infraestrutura básica;
- III. o desenvolvimento rural sustentável, na forma disposta nesta lei.

Dentro do perímetro urbano, na Macrozona de Ocupação Consolidada, está delimitada uma ZEURT, no bairro Samaúma, pois existe a preocupação da

manutenção da identidade rural e tradicional percebida e resguardada pelos moradores.

Ao analisarmos o zoneamento podemos entender que, apesar da situação ilegal das habitações, já existe a compreensão de que esse espaço já está consolidado, e permanecerá habitado. Portanto o desafio que se apresenta é assegurar os direitos à moradia e à posse, no que diz respeito à situação da infraestrutura urbana de saneamento, abastecimento e fornecimento adequado das concessionárias de abastecimento de água, energia e coleta de esgoto.

Um dos principais problemas observado para o desenvolvimento de propostas de intervenção urbanística para a área de estudo é devido a cheia do rio Jari, que ocorre esporadicamente durante o período das chuvas, que corresponde aos meses de dezembro a julho. As grandes enchentes já registradas ocorreram nos anos de 2006, 2010 e 2011, segundo o Corpo de Bombeiros.

Todavia, através dos dados obtidos com a aplicação de questionários junto aos moradores da área, e através da análise de acervo fotográfico, podemos perceber que os mesmos possuem uma ótica diferenciada sobre a ocorrência da enchente do rio. A primeira diferença está na tranquilidade em que a mesma é lembrada, e a segunda na decisão de alguns moradores em não saírem de suas casas durante as cheias para abrigos temporários (Figura 29). A relação dos moradores com o rio é estruturante em sua identidade urbana, como podemos entender com a resposta de um dos moradores à pergunta do nosso questionário:

Qual a relação que você tem com o Rio Jari (ou o que ele representa)?

“O rio é nossa vida. Quando falta água é de lá que a gente tira, e também peixe. Quando enche eu nem saio de casa.” (Moradora do bairro Malvina)¹³

Apesar do comportamento da comunidade frente à enchente do rio, esse fenômeno natural afeta diretamente questões de salubridade pública. A poluição do rio é constante durante as décadas da ocupação da área, e durante a cheia o lixo e

¹³ A aplicação de questionário semiestruturado foi feita no ano de 2013.

resíduos produzidos pelos moradores é arrastado pela correnteza e espalhado pelos bairros, o que pode causar contaminação.



Figura 29: Moradores de Laranjal do Jari durante a cheia do rio Jari, 2008.
Fonte: Instituto Polis – SP.

A área também sofreu a ocorrência de incêndio (1996 - bairro Malvina, 2005 e 2011 – bairro Central). Entretanto a ocorrência de incêndio está relacionada a situação precária no sistema elétrico da concessionária, pois, segundo o CORPO DE BOMBEIRO, o laudo das causas dos incêndios acusam o curto circuito como principal vetor. Portanto não se pode alegar que apenas a situação da habitação e seu material construtivo (a madeira) são condições que facilitam a ocorrência de incêndios.

Os bairros estudados, como já explicados estão sobre a várzea do rio, em uma pequena península de aproximadamente 2km de largura, com a via principal de circulação localizada no centro da península, ramificando as passarelas de acesso às moradias (Figura 30).

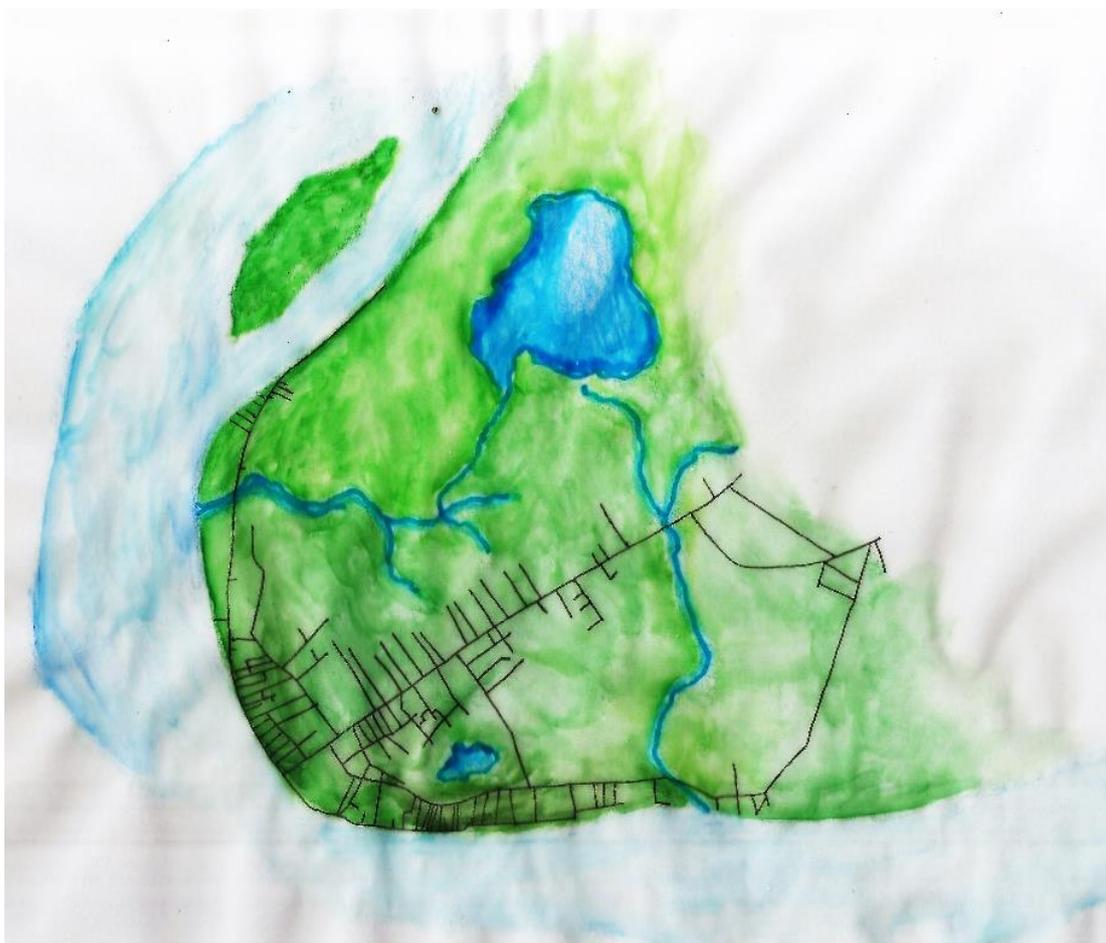


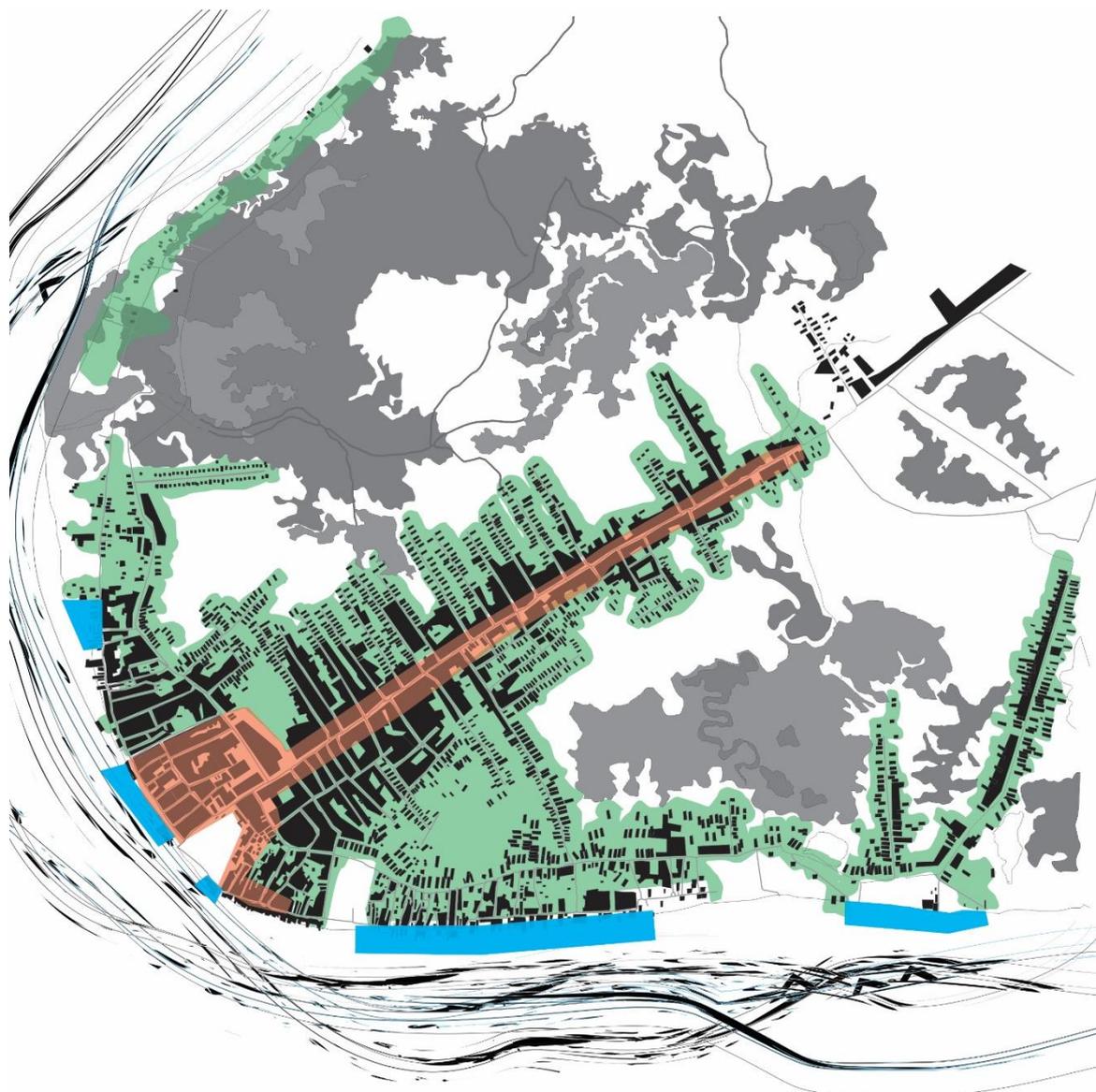
Figura 30: Várzea do rio Jari, Laranjal do Jari -AP.

Elaboração: SILVA, V. F., 2016. Base cartográfica: Instituto Polis - SP.

Figura: Várzea do rio Jari, Laranjal do Jari -AP. Elaboração: SILVA, V. F., 2016. Base cartográfica: Instituto Polis - SP.

Através das visitas de campos (em 2013 e 2016) e o estudo dos diagnósticos apresentados no PD 2005, foi possível traçar o perfil da ocupação populacional dos bairros, onde se percebeu grande diferença entre eles, principalmente em relação a proximidade imediata com a via principal, Avenida Tancredo Neves. Tais distinções estão relacionadas principalmente na divisão entre uso misto e residencial, onde percebemos que a maior densidade está no uso comercial (no bairro Central, Malvina e parte do bairro Santarém), foi identificado e pontuado a localização de portos de embarcações (Figura 31). Também foi localizado no mapa os equipamentos públicos (Figura 32),

Através do PD 2005, foi possível identificar a situação das vias de circulação dos bairros, onde apresentam três tipologias diferentes de estrutura, que são as vias aterradas e asfaltadas, as vias apenas aterradas e as passarelas de madeira. As vias aterradas possibilitam a circulação de automóveis. Nas passarelas de madeira observa-se o uso de bicicleta, mas a circulação predominante é feita a pé (Figura 33). E, também, foi possível confeccionar uma esquematização dos vazios urbanos (Figura 34).



Mapa de Uso e Ocupação do Solo

LEGENDA

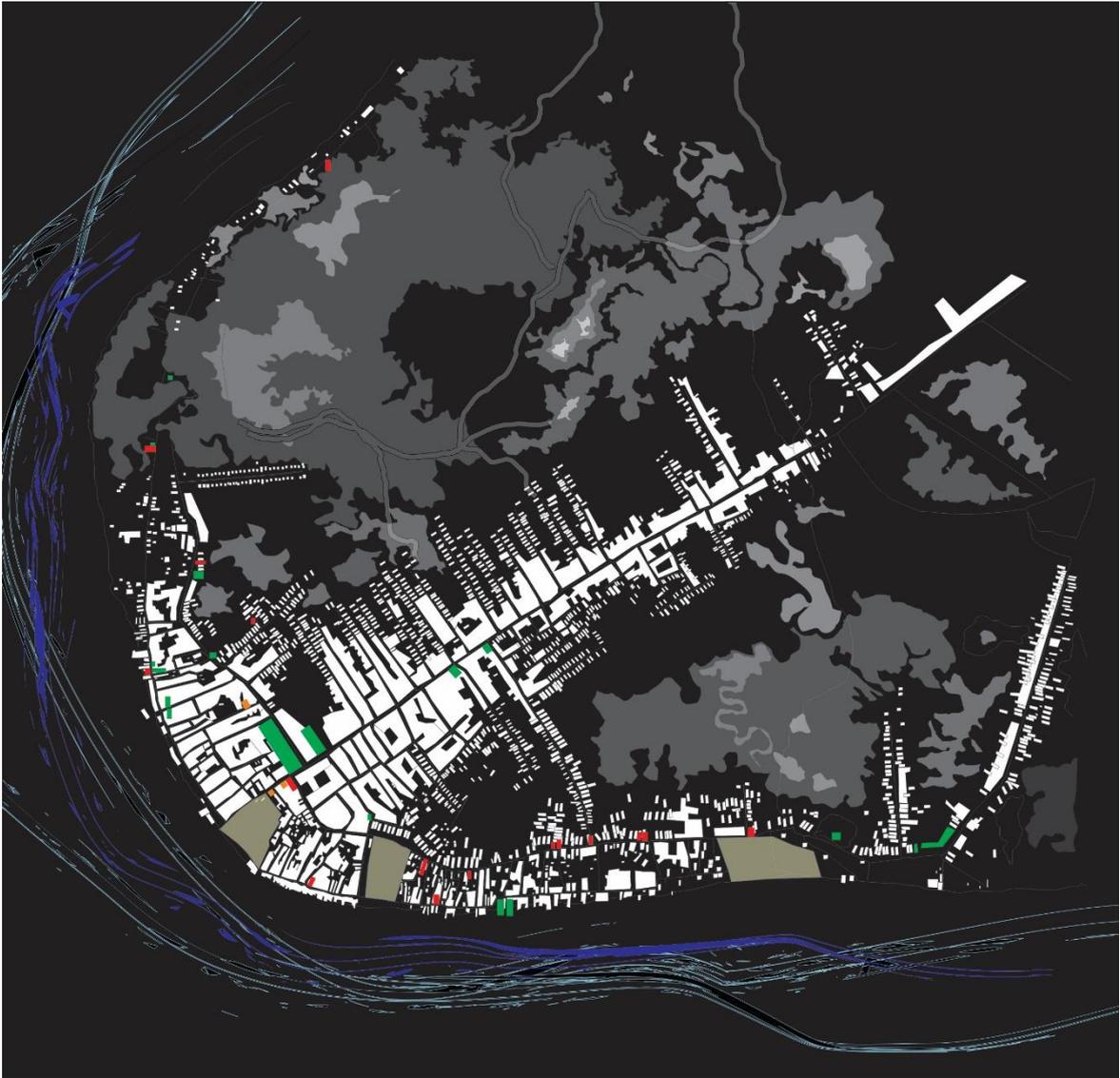
- Uso Misto Comercial-Residencial
- Uso Residencial
- Transporte Fluvial
- Habitações
- Rio Jari
- Manchas de vegetação/ várzea

0 150m 300m 450m



Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP.
Dados: Plano Diretor 2005

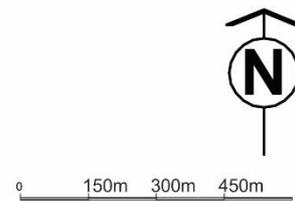
Figura 31: Estudo de densidade populacional dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.



Mapa de Equipamentos Públicos

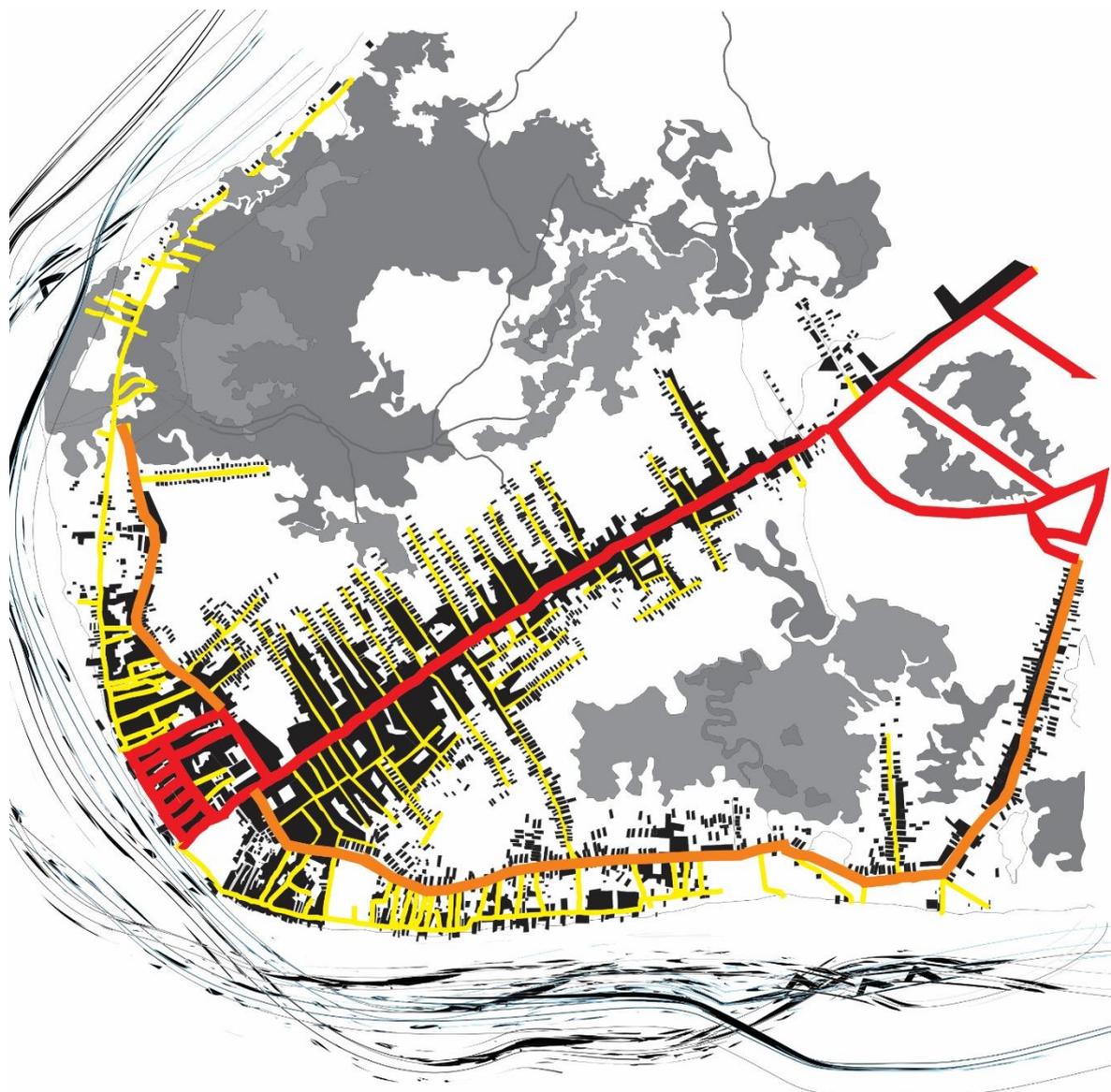
LEGENDA

- Religioso
- Educacional
- Policial
- Áreas vazias
- Habitações
- Rio Jari
- Manchas de vegetação/ várzea



Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP.
Dados: Plano Diretor 2005

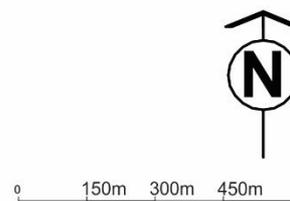
Figura 32: Marcação de equipamentos públicos.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.



Mapa da Estrutura do Sistema Viário

LEGENDA

- █ Rua pavimentada/ asfalto
- █ Rua sem pavimentação/ aterro
- █ Passarelas de madeira
- Rio Jari
- Manchas de vegetação/ várzea



Base Cartográfica: Instituto Polis - SP e Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP.
 Dados: Plano Diretor 2005

Figura 33: Estrutura do sistema viário.
 Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

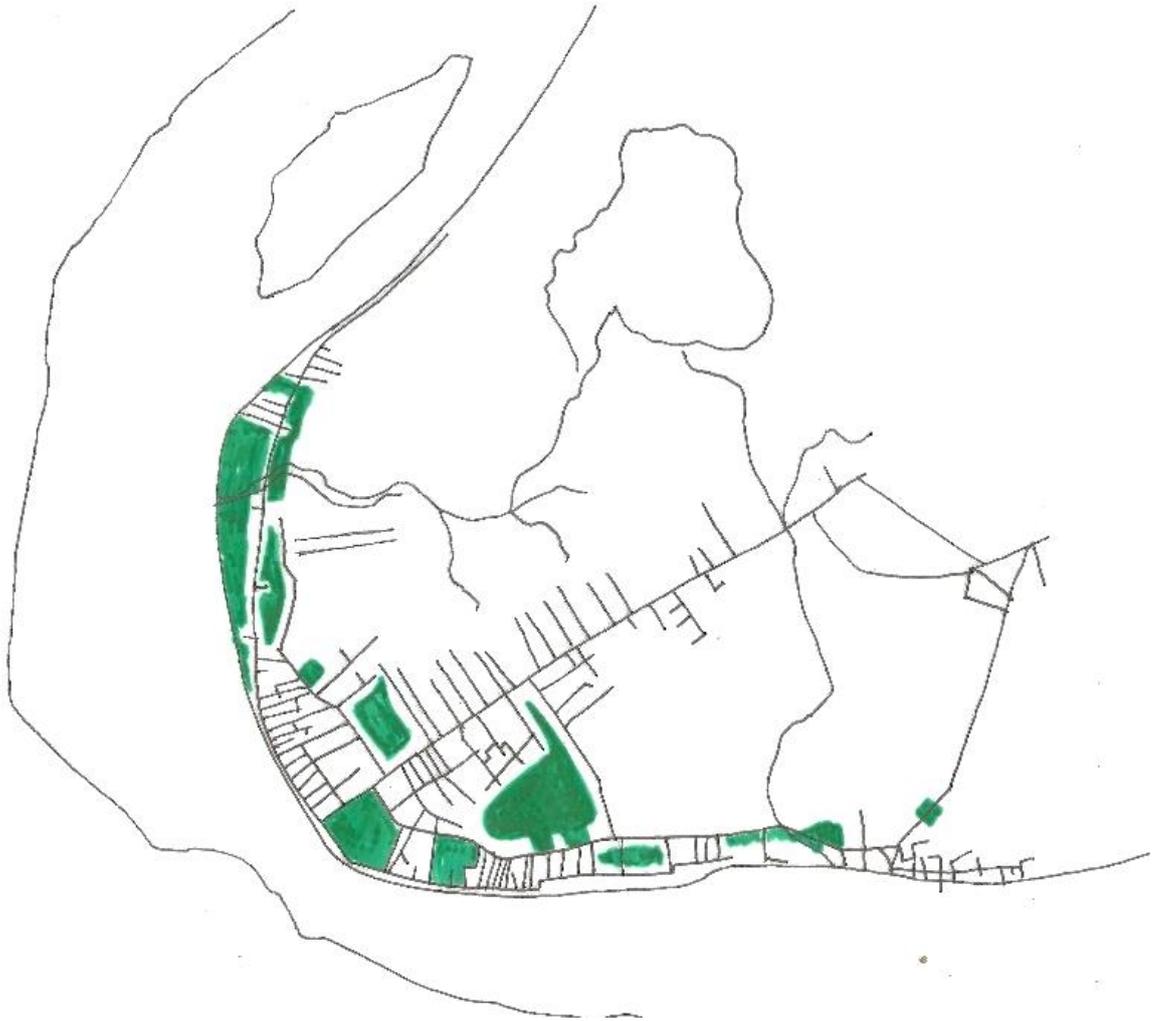


Figura 34: Localização esquemática de vazios urbanos, Laranjal do Jari - AP.
Elaboração: SILVA, V. F., 2016. Base cartográfica: Instituto Polis - SP.

3.1. VISITAS DE CAMPO E QUESTIONÁRIOS

A aplicação dos questionários teve dois momentos, o primeiro foi feito para obtenção de dados para a pesquisa intitulada Espaço Urbano e Vulnerabilidade Socioambiental: análise sobre a cidade de Laranjal do Jari – AP, pela Universidade Federal do Amapá, entre 2013-2014; e o segundo momento se deu no ano de 2016 para atualização e comparativo dos dados. Em cada etapa contabilizou 10(dez) questionários respondidos por voluntários da pesquisa, totalizando 20 questionários no decorrer da pesquisa. A primeira aplicação foi feita durante a visita de campo no mês de dezembro de 2013, e a segunda na visita de campo no mês de novembro de 2016 (Apêndice I).

A abordagem com os moradores buscou traçar um desenho dos bairros, que pudesse ser um momento em que o entrevistado se sentisse à vontade para expor seus anseios de morador, assim como suas dificuldades e satisfações.

O resultado obtido com aplicação dos questionários foi fundamental para compreender os elementos expressivos da identidade urbana dos moradores. Como, por exemplo, a imagem do rio Jari através de sua resposta à pergunta:

Qual a relação que você tem com o Rio Jari (ou o que ele representa)?

“Representa apoio. Alimentação.” (Morador do bairro Centro, 2013)

“Patrimônio, história, natural.” (Moradora do bairro Cajari, mas que trabalha do bairro Centro, 2016)

E, de todas as respostas à tal pergunta, a relação com o rio Jari demonstra gratidão e pertencimento.

Outro dado importante levantado através dos questionários foi obtido através da pergunta: O que você mais valoriza em seu bairro? As respostas, em sua maioria (8/10 em 2013, 7/10 em 2016), alegam que a vizinhança, a família, as amigadas e a rotina são os elementos que mais valorizam. Esse dado é importante pois apresenta à este trabalho a limitação que a arquitetura e o urbanismo possuem, por serem

elementos que não é construído através de elementos técnicos, por tanto precisa ser observado com atenção e respeito.

As outras perguntas foram importantes para o próprio diagnóstico do lugar, e de fundamental colaboração para o desenvolvimento da proposta de intervenção que será apresentada a seguir. Os resultados obtidos pelas respostas dos questionários foram transformados em porcentagem, organizados da seguinte maneira:

1. Tipo de Habitação:

2016 – 80% unifamiliar; 20% multifamiliar.

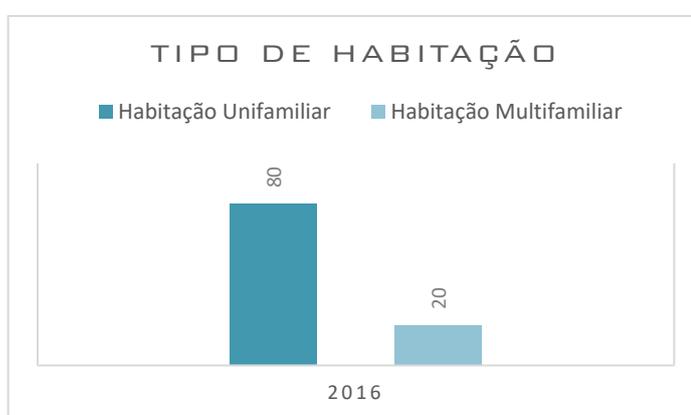


Gráfico 1: Tipo de habitação.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Uma característica das habitações unifamiliares é a proximidade uma com a outra, algumas dividem poucos centímetros entre uma casa e outra, muitas vezes menor do que a espessura de uma parede de alvenaria. Essa característica é observada, principalmente, nos bairros com maior densidade.

2. Acesso a Sistemas Públicos de Serviços:

2016 – 60% acesso ao sistema de saúde; 70% acesso ao sistema de educação; 20% acesso ao sistema público de segurança.

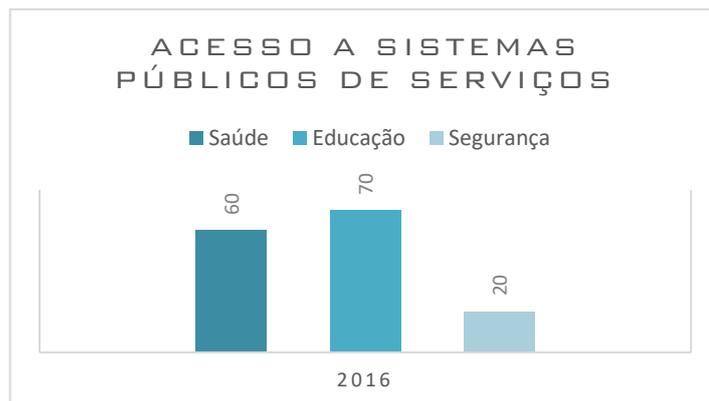


Gráfico 2: Acesso a sistemas públicos de Serviços.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

3. Situação Legal da Habitação:

2016 – 80% própria; 20% alugada.



Gráfico 3: Situação legal da habitação.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

4. Material Construtivo:

2016 – 80% construída em madeira; 10% construção mista; 10% construção em alvenaria.

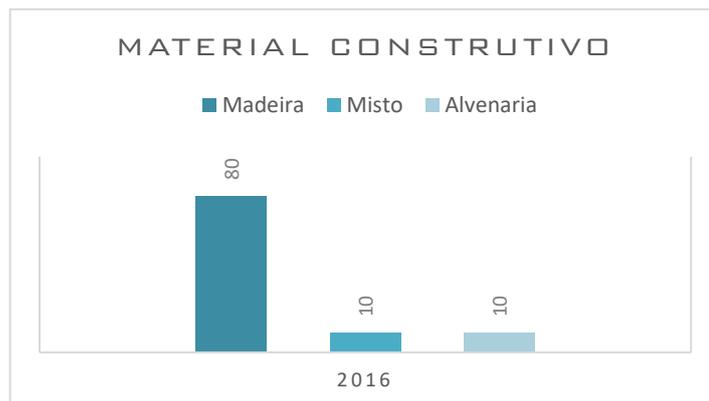


Gráfico 4: Material Construtivo.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Algumas construções possuem as fundações em concreto armada e a habitação em madeira.

5. Acesso ao Serviço de Concessionárias de Abastecimento (CEA, CAESA):

2016 – 100% acesso a eletricidade pela concessionária; 100% abastecimento de água pela concessionária.

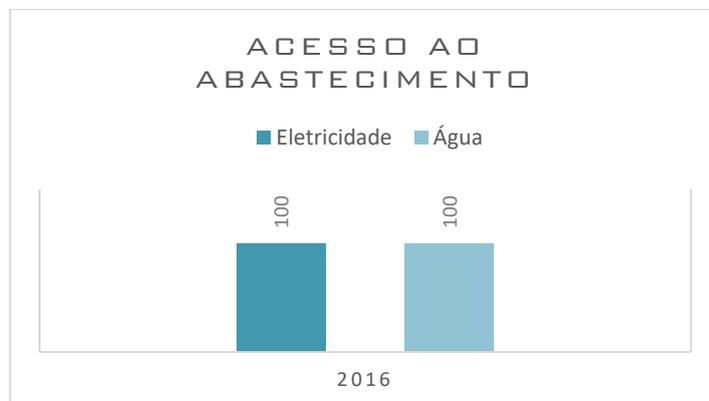


Gráfico 5: Acesso ao abastecimento.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

6. Destino do Esgoto (Águas Negras):

2016 – 90% *in natura*, 10% fossa séptica.

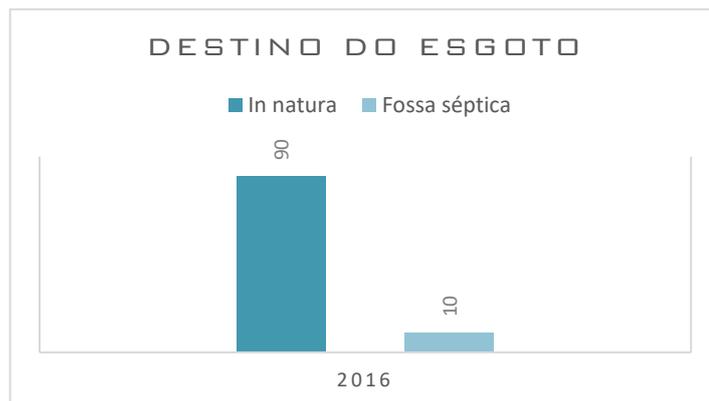


Gráfico 6: Destino do esgoto.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Os moradores que alegaram utilizar fossa séptica explicaram que a mesma é construída através de um buraco no solo e o uso de caixa d'água para armazenamento dos resíduos.

7. Destino do Lixo:

2016 – 80% coleta municipal; 20% sem coleta.



Gráfico 7: Destino do Lixo.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

8. Acesso a Programas Sociais:

2016 - 30% possui acesso a programas sociais; 70% não possui acesso a programas sociais.



Gráfico 8: Acesso à programas sociais.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Os programas sociais são oferecidos principalmente por igrejas e associação dos moradores.

9. Necessidade de Melhoria:

2016 – 10% melhoria no sistema de eletricidade; 70% no abastecimento de água; 100% na infraestrutura urbana.

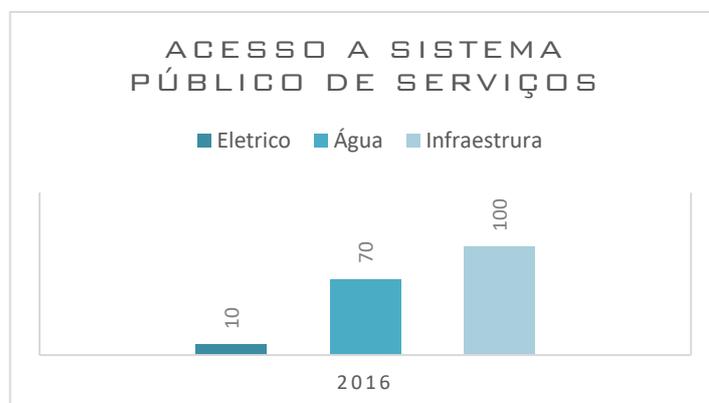


Gráfico 9: Necessidade de melhoria.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

10. Já Beneficiados por Programa Habitacional:

2016 – 10% já foi beneficiado com programa habitacionais; 60% não teve acesso ao benefício.

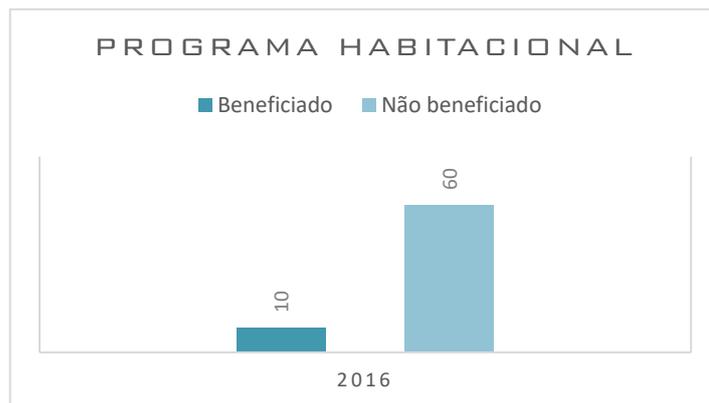


Gráfico 10: Beneficiados por programa habitacional.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

11. Permanência na Habitação Referente ao Programa Habitacional:

2016 – Não informado.



Gráfico 11: Permanência na habitação referente ao programa habitacional.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

12. Escolha de Mudança de Residência:

2016 – 40% aceitaria ser remanejado para outra área; 50% não aceitaria; 10% relativo.

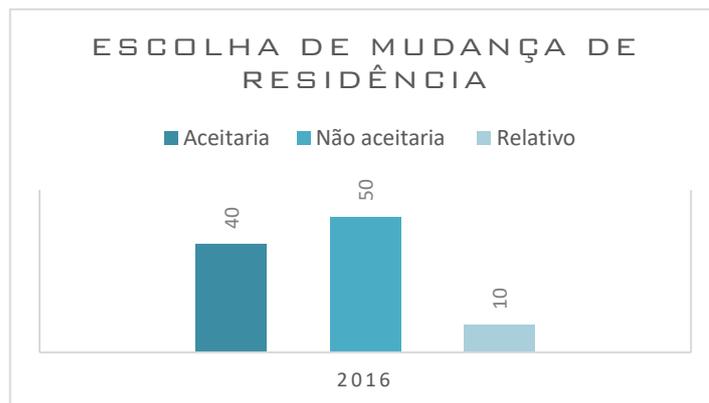


Gráfico 12: Escolha de mudança de residência.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

3.2. PROPOSTA URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

A partir deste momento o conceito de ‘desenvolvimento’ não será trabalhado aqui como um fator impulsionador para a desigualdade urbana através das características do crescimento desigual da infraestrutura físico dos espaços urbanos ou da inserção ou evolução da tecnologia, do crescimento do capital. Mas será compreendido, assim como no título do livro de Amartya k. Sen (2000), um Desenvolvimento como Liberdade.

A proposta de intervenção não é tratada neste trabalho como a única resposta para os anseios emergentes dos bairros palafíticos de Laranjal do Jari, tanto que foi limitado a apenas um equipamento público, ele é entendido como uma ferramenta técnica que pode, em alguns níveis, potencializar a ação dos moradores em parceria com instituições públicas, para o desenvolvimento da liberdade de acesso a manutenção de sua rotina e de suas melhorias.

Compreendemos, por assim dizer, que as intervenções urbanísticas e arquitetônicas não alcançam diretamente seus objetivos através apenas de sua construção e objetivo traçado no momento de sua concepção, o uso dos espaços edificados na cidade está melhor relacionado com sua gestão do que o conceito estabelecido para seu uso. Todavia, tais objetivos de uso podem ser alcançados através da relação que será exercida em seu espaço juntamente com o interesse dos usuários e o empenho dos órgãos e instituições que fornecem os serviços públicos.

Os alcances dos objetivos das intervenções estão relacionados em como elas e os espaços projetados serão utilizados como instrumento, que neste trabalho pretende conceber um instrumento que pertença aos moradores, assim como a eles pertence seu espaço de transformação, para que os mesmos possam potencializar as suas próprias ferramentas de transformações urbanas coletivas conscientes afim da melhoria de seus bairros de acordo com seus anseios, que em parceria com o aspecto de sua resistência, possam continuar desfrutando do direito à cidade.

No que Sen (2000) cita:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemático, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estado repressivos. (SEN, 2000, p. 18)

Nesse sentido nossa proposta não considera as possíveis intervenções urbanas de forma higienista e asséptica, pois tais intervenções pensadas dessa forma podem levar à erradicação de espaços crescidos através de relações culturais, como podemos perceber com os exemplos de Haussmann para Paris, Robert Moses para Nova York (HARVEY, 2013), e os projetos do engenheiro sanitário Pereira Passos para a transformação do Rio de Janeiro em uma nova Paris (DAVIS, 2006).

Mas nossa intenção, assim como citado por Iglesias (2005), está na busca de entender e considerar as particularidades, espacialidades e estéticas, para se envolver com os moradores, entrelaçando os sentidos e a identidade cultural afim de alcançar uma descrição dos anseios coletivos, e entregar aos mesmos instrumentos técnicos que os ajude a alcança-los.

Através da observação da dificuldade de propostas de infraestrutura urbana física que possa, além de preservar a estrutura urbana existente, se adequar ao fenômeno da enchente do rio, o programa de necessidade para as propostas se baseiam nas seguintes diretrizes problemáticas:

1 – Falta de saneamento urbano:

A morfologia dos bairros palafíticos, na prática, não é o principal motivo para a falta de saneamento urbano, pois existem inúmeras soluções apresentadas para

tratamento de esgoto, e pensar na fragilidade da área de várzea colabora tanto com o meio ambiente como com a própria comunidade devido ao risco de contaminação da água.

O filtro anaeróbico utiliza bambu para o tratamento e é adequado para áreas alagadas (SILVA M., MONTEIRO e SILVA S., 2011), ele pode ser acoplado a habitação, diretamente ao sistema de esgoto da casa, individual, sem precisar alterar a estrutura habitação. No caso dos resíduos sólidos, a coleta pública poderia se adequar através da disposição de pontos de coleta. Concordamos que a coleta de resíduos sólidos está relacionada diretamente à gestão pública do que com o espaço física de coleta.

A proposta do filtro está relacionada à perspectiva dado a moradia neste trabalho, e ao conceito utilizado para favela. Pois não observamos a habitação palafítica como centro da problemática do saneamento urbano ou da falta de ordenamento urbano, mas, como já citado, sendo ela elemento importante para a construção da paisagem da cidade de Laranjal do Jari, e por apresentarmos essa paisagem como uma paisagem de resistência. Ainda identificando os bairros palafíticos como o centro histórico da cidade. Por esses motivos buscamos uma alternativa para o tratamento do esgoto de forma que os próprios moradores possam participar do seu processo de instalação, sem modificar sua habitação.

2 – Vulnerabilidade socioambiental:

A questão da vulnerabilidade socioambiental é um ponto importante devido as palafitas serem historicamente uma técnica que se adequa ao meio ambiente, apesar das ocupações e da rotina da comunidade. Em outras palavras, as habitações palafíticas conseguem modificar a paisagem não em aspecto estrutural do meio ambiente natural. Então, a relação natureza e relações sociais estão dividindo um mesmo espaço, e, devido a situação de ambos, surge a vulnerabilidade. A vulnerabilidade social se trata da carência nos serviços públicos, de educação e de programas sociais, e saúde. A vulnerabilidade ambiental, é percebida devido os moradores estarem agregados ao ecossistema da várzea não possuem

infraestrutura para destinação dos resíduos gerados por sua rotina, o que ocasiona poluição e contaminação do meio ambiente.

Por esse motivo nossas intervenções estão se relacionando ao interesse de oferecer aos moradores instrumentos que os ajudem a desenvolver suas ações de maneira coletiva, através da parceria entre a comunidade e prefeitura na oferta de serviços sócias e educacionais, em busca de um grau de autonomia dos moradores em que sua transformação do espaço seja de maneira positiva nos bairros em que habitam.

3 – A Cheia do rio Jari.

O a enchente do rio durante o período das chuvas está sendo entendida como processo natural, assim como os próprios moradores reconhecem. As águas ocupando seu espaço de manutenção, a várzea de seu próprio leito.

Entretanto, apesar do ponto de vista dos moradores, como já foi citado, a enchente causa alterações na rotina de toda a cidade, sempre que ocorre enchente existe um grande número de pessoas desabrigadas ocupando escolas, igrejas e outros órgãos públicos. Isso acaba prejudicando o ano letivo dos estudantes e sendo necessário fornecer aos desabrigados, além do abrigo, alimentação, colchões quando necessário, entre outros aparatos, além do esforço para organização às famílias dividindo um espaço coletivo de maneira improvisada.

Depois da análise desses três pontos levantados como primordiais, chegamos ao seguinte programa de necessidades:

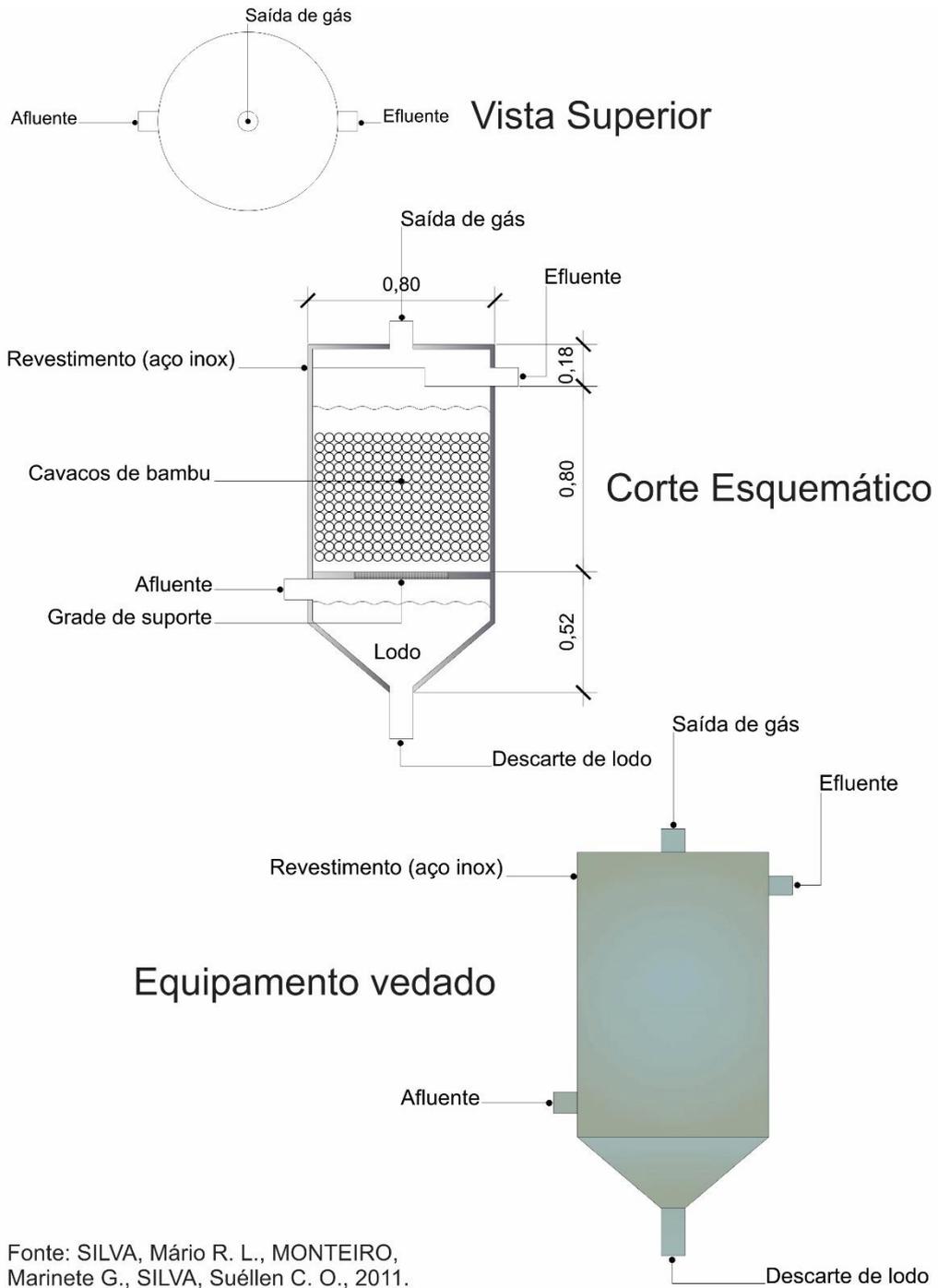
Problemática	Proposta
Saneamento Urbano	Filtro anaeróbio
	Contêiner para coleta de lixo em pontos estratégicos
Vulnerabilidade Socioambiental	Equipamento público para atividades cooperativas, culturais e educacionais
	Feira de produtos agrícolas e extrativistas

Tabela 2: Programa de necessidades.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Das especificações:

- Filtro anaeróbio; solução desenvolvida por engenheiro químico Adriano Luiz Tonetti. Funciona através do preenchimento de um filtro anaeróbio com anéis de bambu, areia e um reator de desnitrificação. Seu desenvolvimento foi direcionado para comunidades pequenas. Foi pensando nessa alternativa como forma de sistema de tratamento de esgoto que possa se acoplar a habitação existente (Figura 35).
- Contêiner de lixo: Como a questão do lixo é um dos vetores dos problemas ambientais e de problemas relacionados à saúde pública, propomos inserir contêineres em lugares estratégicos para que os moradores possam despejar seus resíduos, e para o sistema público de coleta de lixo. O contêiner é um equipamento impermeável. Essa proposta também está vinculada à educação ambiental que deve ser oferecida aos moradores.
- Equipamentos públicos para atividades cooperativas, culturais e educacionais: como foi observado, os moradores dos bairros palafíticos possuem pouco acesso a programas sociais e culturais, por esse motivo, se vislumbrou a possibilidade de inserirmos um equipamento público que possibilite aos moradores acesso a esse tipo de atividade, educativa, social e cultural, e que possa colaborar com algumas frentes de produção econômica para sua organização em cooperativas.



Fonte: SILVA, Mário R. L., MONTEIRO, Marinete G., SILVA, Suéllen C. O., 2011.

Figura 35: Detalhamento do filtro anaeróbico.

Fonte: SILVA, Mário R. L., MONTEIRO, Marinete G., SILVA, Suéllen C. O., 2011.

- Feria de produtos agroextrativistas: Está relacionado aos depoimentos recolhidos através de questionário semiestruturado, onde os moradores entrevistados apresentavam expectativas para a construção de um espaço

onde pudessem vender e comprar produtos locais. Como o espaço que anteriormente possuía a feira de produtos agrícolas foi destruída pelo sinistro de 2005 permanece vazio e sem uso, propomos a construção de uma feira no mesmo local da antiga, para que os moradores, pequenos produtores e moradores de comunidades extrativistas desfrutem de um espaço onde os mesmos possam vender seus produtos. Nesse sentido, entregar aos mesmos um espaço para desenvolvimento e manutenção de relações cotidianas e econômicas.

3.2.1. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – ESPAÇO COOPERATIVO

A proposta não busca, em sua concepção projetual, ser um monumento ou um marco visual na paisagem da cidade. Seu principal objetivo nesse sentido é dar uso a um lugar, por reconhecermos que o espaço escolhido para a intervenção já possui significado pelos moradores. Portanto, o projeto apresenta simplicidade em suas formas físicas, mas se aproveita e se inspira nas técnicas construtivas diversificadas em madeira desenvolvidas pelos moradores da área.

Trata-se de um projeto de equipamento público de escala urbana. Perante inúmeras possibilidades de intervenção nessa área, inclusive através de linguagens diferentes de leituras, foi escolhido edificar um espaço - um espaço cooperativo, pois sua função será de colaborar para o desenvolvimento cultural, econômico, social, educacional dos moradores, como explicado anteriormente.

O espaço escolhido para a construção desse equipamento é um vazio urbano, onde em 2005 foi devastado por um incêndio, e até então o espaço continua vazio (Figura 36).

A escolha desse espaço advém da exploração de duas estratégias: a primeira estratégia se relaciona com sua proximidade com o rio Jari, e essa característica motiva a concepção desse equipamento para o privilegio da paisagem do rio, assim como a colaboração para a educação ambiental, a segunda estratégia se relaciona com o antigo uso desse lugar, onde estava localizado uma feira de produtos agroextrativistas e varejo como podemos ver na imagem a seguir (Figura 37).

Segundo um levantamento planialtimétrico realizado pela Secretária de Infraestrutura de Laranjal do Jari, em 2013, o lote possui uma área de 19.507,75m², perímetro de 714,25m.



Figura 36: Local de intervenção, processo de 2005 - 2016.

Fonte 1: <<https://jariinforma.blogspot.com.br/2012/03/registros-da-historia-de-laranjal-do.html>>.

Fonte 2: Instituto Polis - SP.

Fonte 3: SILVA, V. F., 2016.

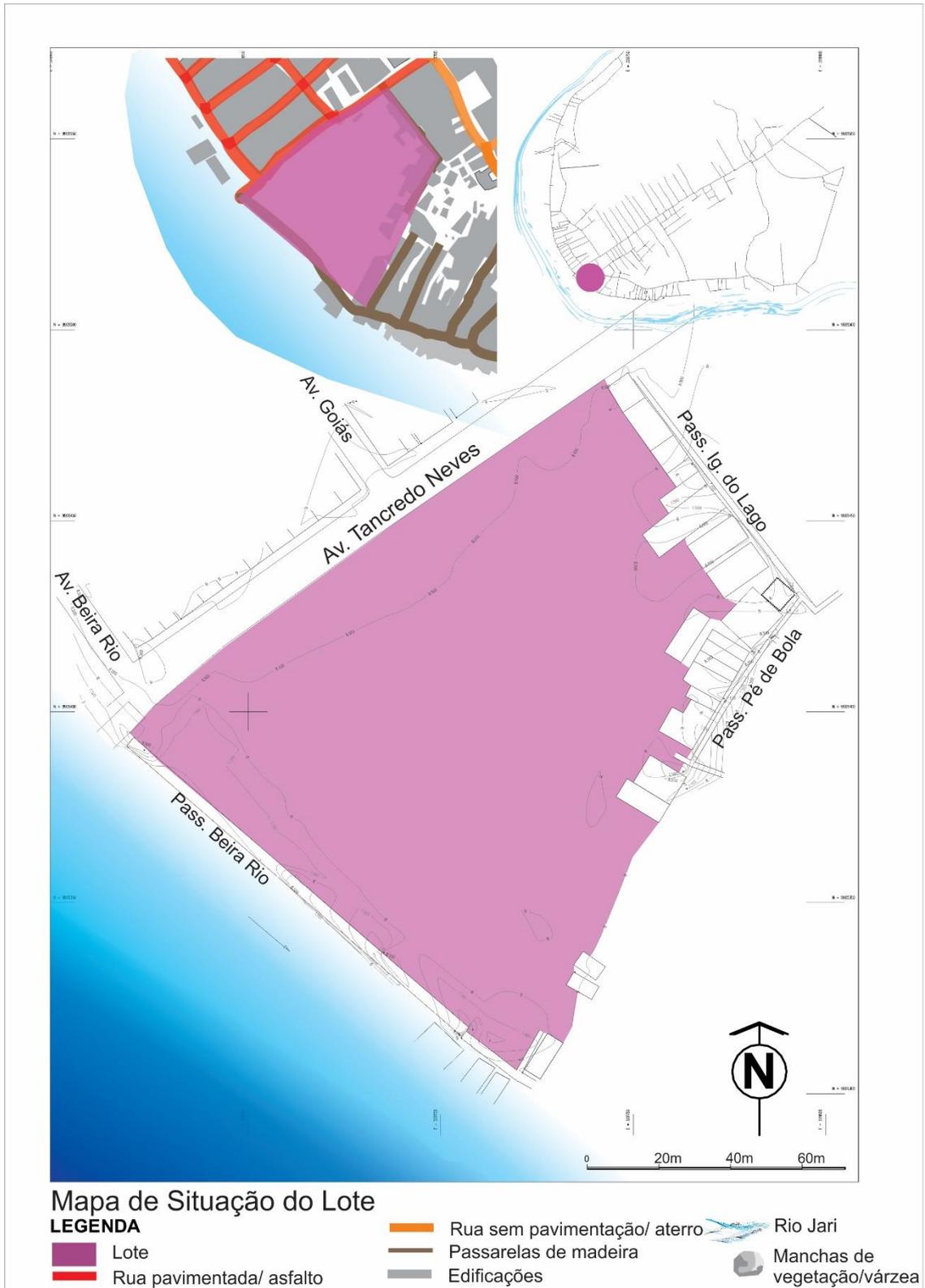


Figura 37: Mapa de situação do lote de intervenção.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017. Base Cartográfica: Instituto Polis - SP, Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP.

O projeto, chamado a partir deste momento de Espaço Cooperativo, é um equipamento público composto por intervenção urbana e arquitetônica. Esse conceito foi definido o interesse de organizar espaços onde as cooperativas locais possam articular suas ações juntamente com a comunidade.

Compreendemos aqui como as intervenções arquitetônicas os espaços edificados, no sentido da manipulação do espaço através de elementos edificados.

Neste trabalho, serão eles:

- Espaço para desenvolvimento de atividades culturais e educacionais;
- Espaço para desenvolvimentos de oficinas profissionais;
- Espaço para cooperativas;

Sobre as intervenções urbanas as ações de mudança e alteração do fluxo e uso do espaço, englobando o complexo de equipamentos arquitetônicos listados acima, mas também os seguintes equipamentos:

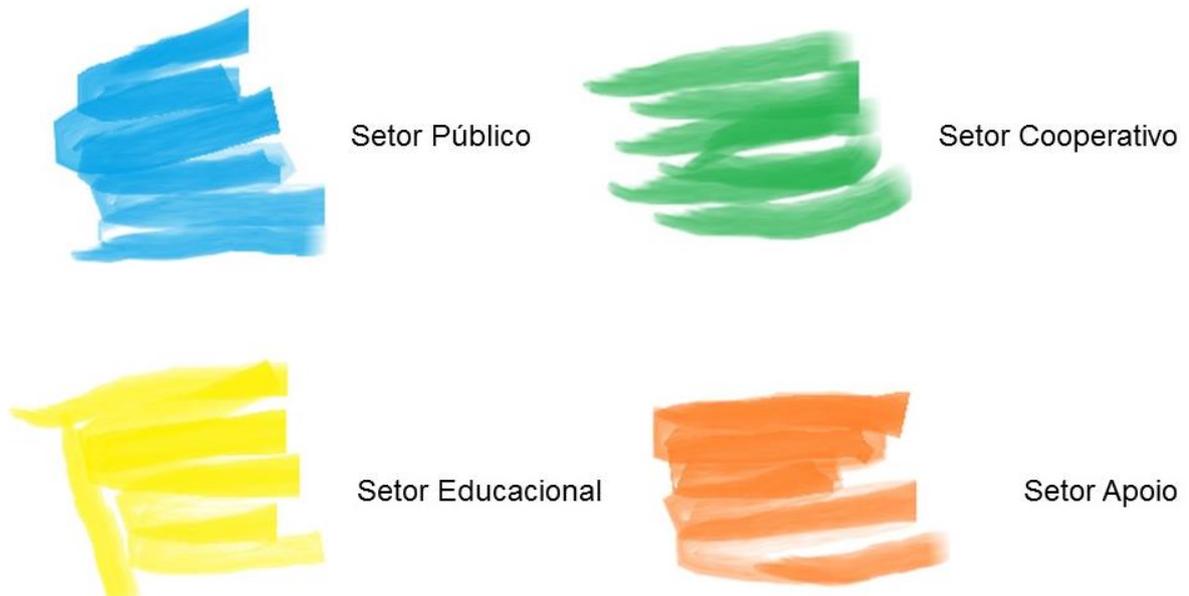
- Praça/largo pública;
- Feira agroextrativista;
- Passarela Beira Rio.

3.2.2. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Observado as complexidades dos objetivos traçados para a intervenção, o partido inicial de estudo estabeleceu as seguintes necessidade:

- Praça/largo pública;
- Cineteatro;
- Sala para aulas de dança, teatro, música, multiuso;
- Galeria de exposição temporária;
- Galeria de vendas itinerante de produtos agroextrativistas;
- Sede para cooperativa;
- Oficina de carpintaria;
- Oficina de artesanato;
- Administração;

A organização das necessidades o dividiu em quatro setores principais:



1. SETOR PÚBLICO

Composto por todos os elementos que seu uso não possui restrição.

São eles:

- Praça/largo público;
- Feira agroextrativista;
- Passarela Beira Rio.
- Galeria de exposição temporária.

Fluxograma 1:

O Fluxograma 1 expõe o fluxo dos setores por uso amplo dos espaços sem detalhamento interno (Figura 38).

Busca-se um espaço que possua grandes vãos de circulação, aberturas adequadas para circulação do vento e entrada de iluminação natural, estrutura em aço com vedação em madeira, com base flutuante em sistema de balsa, área de apoio para embarque e desembarque de mercadorias por meio fluvial e terrestre

Descrição:

- Praça/largo coberto: destinado a recreação, passeio, circulação livre, disponibilizando mobiliário urbano como acentos, banheiros, bebedouros, lixeiros e cobertura para que o espaço seja de acolhimento. A característica de ser coberta é devido a necessidade de controle da incidência solar e que o espaço seja utilizado durante o dia.
- Praça/largo descoberto: com a mesma função da praça coberta, porém com mobiliário moveis que possibilite que o espaço também seja utilizado para festas e manifestações da comunidade.
- Feira: espaço destinado aos produtores agrícolas e extrativista a comercializarem seus produtos. Sendo composta por módulos pré-moldados. Sendo destinado uma área que possibilite expansão e que possa com o tempo agregar restaurantes e lanchonetes.
- Passarela Beira Rio: destinada a oferecer um lugar de contemplação da paisagem e socialização entre os moradores da área (Figura 39).

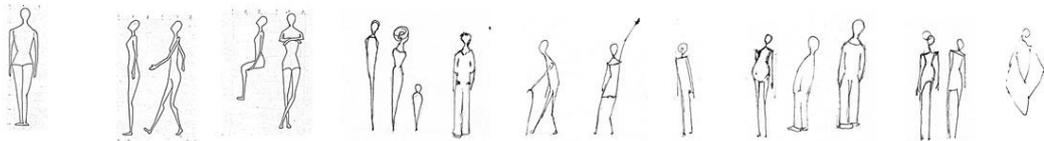
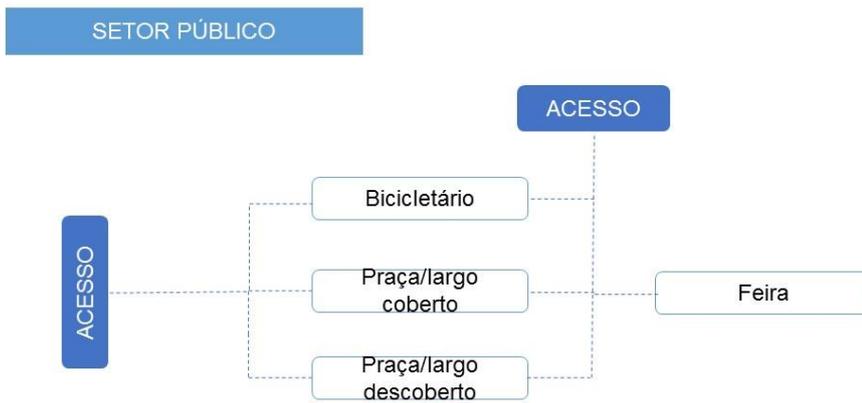


Figura 38: Fluxograma do setor público.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

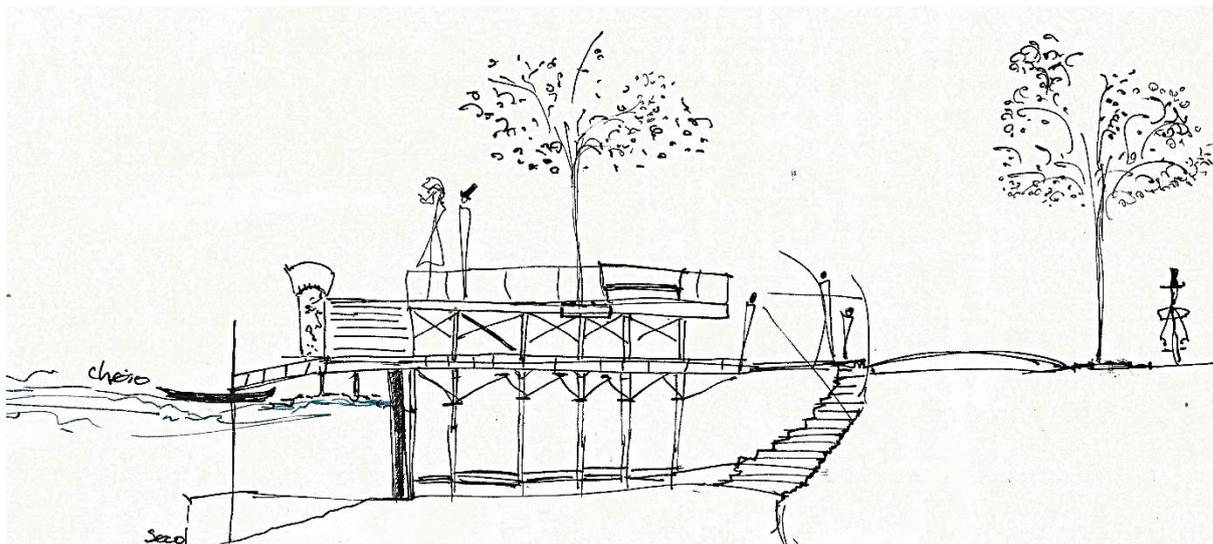


Figura 39: Croqui de estudo de passarela.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Através de registro fotográfico, percebeu-se uma característica peculiar na antiga feira da cidade onde parte da cobertura para proteção do sol era feita com lonas

e tecidos de cores diversificadas, o que fazia com que o ambiente apresentasse variações de cores junto a luz natural (Figura 40 e Figura 41).



Figura 40: Passarela Beira Rio antes do incêndio de 2005.

Fonte: <<https://jariinforma.blogspot.com.br/2012/03/registros-da-historia-de-laranjal-do.html>>. Acesso dia 27.01.2017.



Figura 41: Croqui de estudo da praça de alimentação.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

2. SETOR COOPERATIVO

O setor composto por espaços destinado a cooperativas de agricultores, extrativistas e artesões de Laranjal do Jari, com o objetivo de impulsionar a organização operacional dos seus membros. Assim como a concepção de espaço para aperfeiçoamento profissional (Figura 42).

Fazem parte de seu programa:

- Sede para cooperativa de agricultores;
- Sede para cooperativa de extrativistas;
- Sede para cooperativa de artesões;
- Oficina para carpintaria;
- Oficina para artesanato;

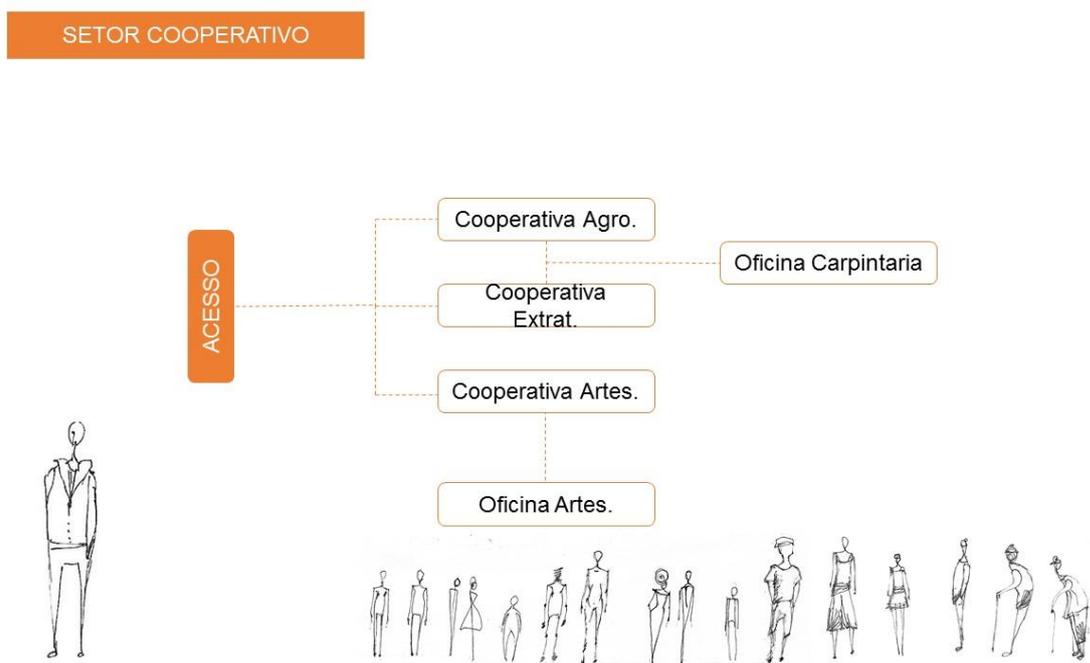


Figura 42: Fluxograma setor cooperativo.

Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Descrição:

- Sede para cooperativas de agricultores, extrativistas e artesões: destinado ao uso operacional das cooperativas locais, para fins de colaboração de sua autonomia de produção e econômica, assim como seu aperfeiçoamento.
- Oficina de carpintaria: com o objetivo de que suas atividades sejam organizadas em parceria entre as cooperativas e a prefeitura municipal na oferta de cursos para a comunidade e seus membros, relacionados ao manuseio, cuidado e construções em madeira, como apoio técnico.
- Oficina de artesanato: espaço destinado a confecção de artesanato, cursos de aprimoramento e colaboração junto à comunidade em parceria com a prefeitura municipal. Colaborando também com a educação ambiental.
- Oficina de artes plásticas: destinada para colaborar com jovens e adultos que buscam outras formas de se expressão ultrapassando a forma verbal.

3. SETOR EDUCATIVO

Setor destinado a realização de atividades educacionais e culturais.

Composto dos seguintes espaços (Figura 44):

- Cineteatro - Auditório;
- Sala para aulas de dança, teatro, música, culinária, serigrafia,
- Sala para aulas de música;
- Sala para cursos itinerantes;



Figura 43: Fluxograma do setor educacional.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

Descrição:

- Sala de dança e teatro: destinado a atividades corporais de manifestações culturais e religiosos através da dança e das artes cênicas.
- Sala de música: destinado ao ensino e aprendizado de instrumentos musicais.
- Sala de artes plásticas: relacionado a trabalhos manuais de expressão artística; escultura, pintura, fotografia, colagem.
- Sala de serigrafia/embalagens: com o objetivo de preparar os membros das cooperativas a elaborarem a arte relacionada a identidade dos produtos que produzem.
- Sala itinerante: com o objetivo de ser um espaço que possibilite vários usos, desde exposição de audiovisuais, reuniões, workshop etc.

4. SETOR DE APOIO

Destinado a manutenção das dinâmicas necessárias para funcionamento da proposta de espaço cooperativo.

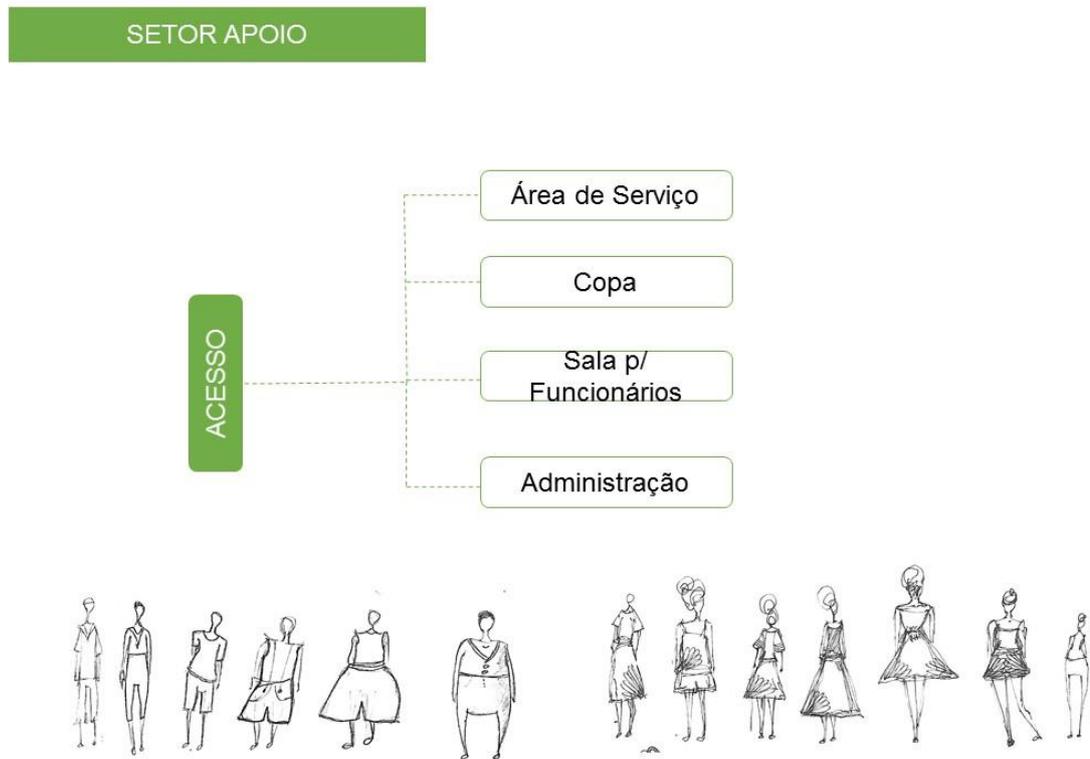


Figura 44: Fluxograma setor de apoio.
Elaboração: SILVA, V. F., 2017.

3.2.3. ESTUDO DE VIABILIDADE E PARTIDO ARQUITETÔNICO

Para elaboração das propostas de intervenção urbana e arquitetônica foram usados como referências projetais os seguintes trabalhos:

- Escola Flutuante em Makoko (2013), do escritório NLÉ Escritório Architects: que apresenta de forma harmoniosa a relação entre cultura e arquitetura através do projeto de uma escola flutuante, usando materiais como madeira e barris em sua estrutura (Figura 45).

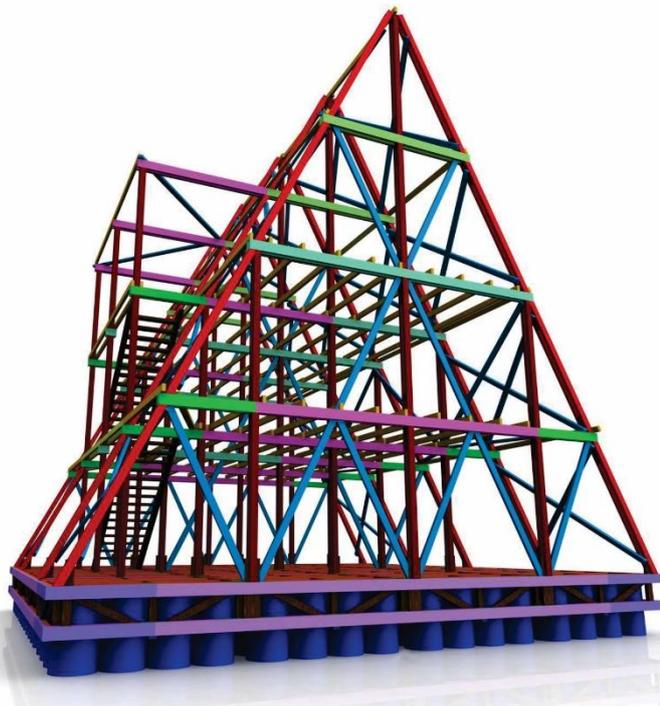


Figura 45: Escola flutuante em Makoko, Nigéria.

Fonte: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-106805/escola-flutuantes-de-makoko-slash-nle-architects>>.

Acesso dia 13.04.2014.

- Casas flutuantes vernáculas da Amazônia: a inspiração das casas flutuantes espalhadas pelos rios amazônicos surge devido a técnica construtiva flutuante, onde se uso troncos de arvores (Figura 46).



Figura 46: Casa flutuante na Amazônia.
Fonte: CORREA NETO.

3.2.4. PROJETO ESPAÇO COOPERATIVO

Localizado à margem esquerda do Rio Jari, o Projeto Espaço Cooperativo apresenta a projeção de três equipamentos principais, um equipamento arquitetônico, uma feira agroextrativista e a Passarela Beira Rio (Anexo I).

A organização dos equipamentos no lote escolhido tem por objetivo fazer que com que o fluxo seja fluido, um lugar de circulação e socialização, mas também de

passagem para os moradores que moram no local, fazendo com que possa fazer parte da rotina dos mesmos.

Como o projeto tem por objetivo funcionar durante todos os meses do ano e existe a possibilidade da ocorrência de enchente na área, propomos que o projeto seja construído sob uma plataforma flutuante com sistema estrutural de balsa. Essa escolha se justifica devido a necessidade de atenção com a manutenção de estrutura com barris ou com tronco de arvores.

EQUIPAMENTO ARQUITETÔNICO ESPAÇO COOPERATIVO

A concepção arquitetônica desse equipamento busca agrega-lo a paisagem dos bairros palafíticos (ANEXO II).

O sistema estrutural em aço com paredes e vedações em madeira. Valorizando e aproveitando a ventilação e iluminação natural através das janelas e aberturas zenitais, assim como o aproveitamento do pé direito duplo em algumas salas. A

escolha da construção de um mezanino para que os diferentes níveis do prédio tirem a monotonia do usuário. A utilização de cor estaria restrita a esquadrias.

A cobertura metálica visando favorecer grandes vãos e a leveza do prédio, em algumas áreas será utilizado estrutura de cabo tensionado para que o vão seja livre de pilares.

Composto pelos seguintes ambientes:

Térreo:

- Pátio coberto;
- Hall/Circulação: espaço amplo visando ser utilizado também como área de exposição temporária;
- Sala para aula de dança;
- Sala de curso de culinária: colaborando com o aperfeiçoamento do manuseio e preparo de alimentos com base em produtos locais;
- Sala de música;
- Sala de Teatro;
- Auditório/Exposição: espaço amplo que pode ser usado como auditório, possuindo um palco que pode ser interno ao prédio ou aberto ao seu exterior. Pode ser usado também como área de exposição e confraternização.
- Camarim;
- Oficina de artes plásticas;
- Oficina de artesanato;
- Oficina de carpintaria/marcenaria;
- Depósito;
- Equipamento sanitário.

Mezanino:

- Hall/Circulação: onde as pessoas podem circular, socializar e assistir as apresentações que podem acontecer no auditório térreo;
- Recepção: para organização do atendimento oferecido pelas cooperativas;
- Administração Cooperativa;

- Mini auditório/ Sala de Reuniões;
- Sala de cursos itinerantes;
- Oficina de Serigrafia/Embalagem;
- Mezanino 1: destino aos alunos e professores da sala de carpintaria/marcenaria;
- Mezanino 2: destinado aos alunos e professores da sala de artes plásticas;
- Mezanino 3: destinado aos alunos e professores da sala de artesanato;
- Varanda 1: para uso dos funcionários e membros das cooperativas;
- Varanda 2: para auxílio dos trabalhos desenvolvidos no curso de serigrafia e embalagens;
- Depósitos: destinado a diferentes tipos de materiais e ferramentas;
- Sala para funcionários;
- Coordenação;
- Copa;
- Área de serviço.

FEIRA AGROEXTRATIVISTA

A estratégia utilizada para a proposta da construção da feira foi utilizando módulos pré-moldados para as barracas. Essa estratégia foi aceita devido o papel que a feira vai prestar as cooperativas, sendo onde os membros das cooperativas poderão comercializar seus produtos, e, como a intenção de espaço é fazer com que com o passar do tempo mais os moradores possam desenvolver suas atividades de maneira conjunta, a perspectiva da feira é crescer. O espaço destinado para a construção da feira pode comportar até 96 módulos divididos em dois blocos de 48 módulos conectadas por uma praça (Anexo III). No espaço da feira também irá dispor de restaurantes, equipamentos sanitários e mobiliário urbano.

A arquitetura do módulo apresenta simplicidade apesar de fugir das linhas ortogonais, o diferencial está nas diversas formas que um módulo pode encaixar ao outro, criando formas e caminhos que, se bem aproveitados, pode apresentar

espontaneidade apesar de ser módulos pré-moldados. Sua cobertura em madeira se relaciona com a arquitetura das embarcações e com o movimento das águas dos rios.

PASSARELA BEIRA RIO

Defendemos a paisagem anfíbia da comunidade palafítica de Laranjal do Jari, por essa razão, existindo o espaço, aproveitamos a sua orla através da Passarela Beira Rio, transformando-a em um espaço onde seus usuários e transeuntes possam apreciar a paisagem, encontrar amigos e descansar. Possuindo mobiliário que protege da incidência solar e das chuvas, com a intenção de favorecer o uso do espaço também durante o dia. A cobertura varia entre fitas de tecido lona de algodão cru colorido, para trazer leveza e alegria através das cores, assim como a possibilidade de mudança.

Possui também pie para embarque e desembarque de embarcações de pequeno porte, visando colaborar com agricultores e extrativistas que chegarão à feira em embarcações. Assim como o pie avança o limite do rio, uma passarela foi projetada para que possa levar os usuários a desfrutar da paisagem com maior proximidade com o rio, nessa passarela uma estrutura de bambu busca transmitir acolhimento e leveza (Anexo IV).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração de uma ciência interpretativa em busca de significados para perceber os símbolos construídos através de uma cultura, foi um processo valioso para compreendermos a necessidade da percepção do conjunto sensorial que um espaço construído culturalmente expõe. Não, necessariamente, esse processo facilitou ou dificultou a compreensão do nosso objeto de estudo, a cidade de Laranjal do Jari, ele apenas tornou as interpretações mais sensíveis ao reconhecimento dos diversos caminhos que cada teia cultural pode guiar uma pesquisa.

A cidade de Laranjal do Jari, através do seu processo histórico, já apresenta a ação transformadora dos seus moradores, expondo uma paisagem cultural de resistência. Portanto esse reconhecimento fez com que seja dado aos mesmo as ferramentas que propomos e a responsabilidade pelas melhorias e transformações necessárias em seus bairros. O desenvolvimento buscando a liberdade dos moradores das favelas não os vincula à precariedade da autoconstrução de sua infraestrutura, mas potencializa sua ação para as transformações coletivas necessárias para sua melhoria de acordo com seus anseios, e, principalmente, não os distanciando do direito que usufruem de refazerem a cidade e a si mesmo constantemente. Quando percebemos a dimensão dos valores dos conhecimentos vernáculos, e da importância do papel do projeto urbanístico e arquitetônico afim de colaboração e não apenas de modificação ou embelezamento de um espaço urbano que se entrelaça simultaneamente com elementos estruturantes de sua cultura, percebemos nossa limitação técnica, e desempenhamos nossa ação para a elaboração de ferramentas de transformação social através dos seus usuários. Mas importante do que traçar o potencial da ferramenta de intervenção, foi reconhecer o potencial de transformação que seus moradores podem desenvolver através dela.

BIBLIOGRAFIA

- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil.** p. 121-192. Ed. Vozes Ltda. Petrópolis, 2000.
- GEERTZ, Clifford, 1926. **A interpretação das culturas.** Led., 13 reimpr. – Rio de Janeiro. LTC, 2008.
- BAPTISTA, Márcio, CARDOSO, Adriana. **Rios e cidades: uma longa e sinuosa história...** Revista UFMG, v. 20, n.20, n. 2, p. 124-153. Belo Horizonte. 2013.
- BAHAMÓN, Alejandro; ÁLVAREZ, Ana M. **Palafito: de arquitectura vernácula a contemporânea.** Ed. Parramon, S.A. Espanha, 2009.
- CAVION, Renata. **Cidade sob(re) as águas: estratégias de ação e de políticas urbanas.** Tese de Doutorado em Geografia, Universidade de São Paulo. 2014.
- CÉLIS, Regina M. F. **Cidade de Laranjal do Jari: expansão urbana planejamento e políticas públicas.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2008.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela.** Ed. Boitempo. São Paulo, 2006.
- FERREIRA, João S. W. **Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas.** V^a Conferência das Cidades – Câmara Federal. São Paulo, 2003.
- FERREIRA, João S. W. **Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justa.** V^a Conferência das Cidades – Câmara Federal. Texto de apoio às discussões da Mesa 1: Plano Diretor e Instrumentos Tributários e de Indução do Desenvolvimento: Outorga Onerosa do Direito de Construir, Direito de Preempção, Direito de Superfície, Urbanização Compulsória, IPTU Progressivo. 2003.
- FERREIRA, João S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implantação de projetos habitacionais e urbanos.** LABHAB: FUPAM. São Paulo. 2012

GREISSING, Ana. **A Região do Jari, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia Florestal no exemplo do Projeto Jari.** REU, v. 36, p. 43-75. Sorocaba, 2010.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes. Del derecho de la ciudad a la revolución urbana.** Título original: Rebel Cities. From the Right to the City to the Urban Revolution. Edição Akal, S. A. Espanha, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito Antropológico.** Zahar. Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Verônica M. F. **A construção do conceito de identidade urbanística como contribuição ao campo do desenho urbano. Caderno do LINCC – Linguagem da cena contemporânea.** Vol. 3, no. 3. 2009.

LUCCIA, Oliver. **Projeto de infraestrutura, equipamentos e habitações nos vales da bacia do córrego Tiquatira.** Trabalho Final de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Favela: um universo gigantesco e desconhecido.** 2001. Disponível em: www.usp.br/fau/deprojeto/labhab. Acesso em: 21 nov. 2014.

PEREIRA, Mirna F.; SILVA, Márcio A. S.; BARROS, Taissa D. **Palafitas de Manaus: relações entre natureza e cultura no espaço da cidade.** Somanlu, ano 11, n. 2. 2011.

REFINETTI MARTINS, M. L. **Moradia e mananciais, tensão e diálogo na metrópole: Impasses urbanísticos, jurídicos e sociais da moradia nas áreas de proteção a mananciais na Região Metropolitana de São Paulo.** FAUUSP/FAPESP, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3.^a Edição, Hucitec. São Paulo, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

SIQUEIRA, Caroline F. **A insistência da população em morar nas palafitas do município de Laranjal do Jarí – AP**. VII CONNEPI – Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Palmas-Tocantins. 2012.

TAKIYAMA, Luís R. et al. **Zoneamento ecológico econômico das áreas de ressaca de Macapá e Santana, Estados do Amapá. Relatório Final**. Macapá, 2011.

TALEZ, Giselly M. COUTO, Magdiel E. A. **O Complexo Jari Celulose Como Prótese Tecnológica no Espaço Paraense e suas Implicações na Formação do Município de Laranjal do Jarí (AP)**. Geografia em Atos, n. 7, v.2. Presidente Prudente, 2007.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores do Estado do Amapá. A experiência do Município de Laranjal do Jarí: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. UNIFAP. Macapá, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Ed. DIFEL. São Paulo, 1930.

VILLAÇA, F. J. M. **A crise do planejamento urbano. São Paulo em perspectiva, 9(2)**. São Paulo, 1995.

DELIJAICOV, A. **Os Rios e o Desenho da Cidade – Proposta de Projeto Para a Orla Fluvial da Grande São Paulo**. São Paulo, 1998.

IGLESIAS, Pablo. **Casa de caranguejo**. Trabalho de Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo. São Paulo, 2005.

MMBB Escritório. **Projeto Urbano Córrego do Antonico**. São Paulo, 2008.

NLÉ Escritório Architects. **Escola Flutuante em Makoko**. Nigéria, 2013.

PROSUN, Prithula. **LIFT House: low income flood-proof technology** (LIFT House: tecnologia à prova de inundação para baixa renda). Canada – Bangladesh. 2010.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO

ERRATA

SILVA, V. F. **Espinha de Peixe: inserção das ideias em Laranjal do Jari.**
Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, 2017.

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
Anexo IV – Prancha 06/06	05 - Legenda	Espaço Cooperativo: Planta Baixa – Térreo, Planta Baixa Mezanino, Planta de Cobertura e Especificações de Esquadrias, Janelas e Portas	Planta Geral, Planta Baixa – Passarela, Planta de Cobertura – Passarela, Corte A – Passarela, Corte B – Passarela, Detalhamento do Mobiliário da Passarela